



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores

PPHS

RODRIGO SILVA MAGALHÃES

Curso de Pós-graduação em História

O papel das Associações de Moradores da Maré (1978/1985)

**Rio de Janeiro
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RODRIGO SILVA MAGALHÃES

O papel das Associações de Moradores da Maré (1978/1985)

Dissertação em História Social apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no Centro de Educação e Humanidades da Faculdade de Formação de Professores.

Orientador: Prof^o. Dr. Luís Reznik

Rio de Janeiro

2008

Rodrigo Silva Magalhães

O papel das Associações de Moradores da Maré na abertura política (1978/1985)

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do Título de Mestre, ao Programa Pós-Graduação (Mestrado) em História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Educação e Humanidades da Faculdade de Formação de Professores.

Aprovado em _____

Banca Examinadora:

Professor Doutor Luís Reznik (UERJ / PUC)
(Orientador)

Professor Doutor Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)

Professor Doutor Nelson Rojas de Carvalho (UFRRJ)

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

A DEUS que meu deu uma vida cheia de afeto, amor, carinho, respeito através de meus pais, meu filho, amigos e outras pessoas que podem até não saber, mas fazem parte dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre companheiro e amigo.

A Jesus, o verdadeiro mestre.

Ao meu pai, José Albano Magalhães, que sempre me incentivou a procurar ser uma pessoa melhor e justa. Mesmo não estando mais aqui, Eu Te Amo.

À minha mãe, Isa Silva Magalhães, que a partir de certo momento da vida exerceu papel de pai e mãe, representando assim, um grande exemplo de amor e vida, Eu Te Amo.

Ao meu filho, Pedro Henrique, pela alegria, amor, amizade, que nos momentos mais complicados me enche de força e vontade de seguir em frente, no caminho da justiça e da verdade, Eu Te Amo.

À Cristiane, Mãe do meu filho, pelo imenso carinho, muitas vezes velado pelo passado, mas de grande valor. Espero que a vida nos dê outra oportunidade, acho que já está dando.

A todos os meus familiares, que sempre demonstraram muito carinho.

Ao meu orientador, Luís Reznik, pelo carinho, incentivo e paciência. Espero que nossa parceria siga por muito tempo.

Aos professores Gelsom Rozentino e Ricardo Salles, que na Qualificação apontaram caminhos interessantes, para a minha pesquisa.

Aos amigos dos AP's, da Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, do CEASM, do Colégio Santa Mônica e aqueles que passaram a fazer parte da minha vida vindo de outros lugares e caminhos, mas que também estão gravados no meu coração: Gleyson, Gilmar, Cleuza, Cláudio, Nair, Moisés e todos aqueles que me acompanharam na trajetória tanto na PUC, quanto na UERJ.

Favela

Favela, ô
Favela que me viu nascer
Eu abro meu peito e canto o amor por você
Favela, ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro
Pode te entender
O povo que sobe a ladeira
Ajuda a fazer mutirão
Divide a sobra da feira
E reparte o pão
Como é que essa gente tão boa
É vista como marginal
Eu acho que a sociedade
Tá enxergando mal
Entendo esse mundo complexo
Favela é a minha raiz
Sem rumo, sem tino, sem nexo
E ainda feliz
Nem sempre a maldade humana
Está em quem porta um fuzil
Tem gente de terno e gravata
Matando o Brasil.

Exaltasamba - 2003

RESUMO

Este trabalho espera engrandecer as vozes que estiveram mudas por um longo período em nossa história. No final dos anos 1970 ocorreram muitas mudanças em nossa sociedade o que provocou uma nova ordem nas relações de poder. Naquele momento, muitos movimentos sociais que estavam silenciados desde o golpe militar reapareceram no cenário político de nosso país. Entre eles havia a Associação de Moradores da Maré que teve importante papel durante o período da abertura política. Nós vivíamos uns momentos de grande turbulência no cenário político, que é comumente chamado de “democracia participativa”, ou seja, uma grande parte da população começou a pensar e discutir sobre o futuro da nação. Todos projetaram um país sem a interferência dos militares, um novo modelo de desenvolvimento econômico, uma nova forma de relacionamento entre Estado e os cidadãos, em outras palavras, um novo país.

Palavras Chaves

Movimentos Sociais

Associação de Moradores

Favela

ABSTRACT

This report expects to enlarge the voices which for a long time have been mute in our history. At the end of 1970's there had been many changes in our society that provoked a new order in power relations.

At that moment, many social movements that have been silent since the military coup reappeared in the political scenario of our country. Among them there was the Maré Residents Association that had an important role during the period of political opening. We were facing a moment of great political turbulence which is commonly called "participative democracy", it means, a great part of people started thinking and discussing about the future of the nation. Everybody has projected a country without military interference, a new pattern of economical development, a new way of relationship between the state and citizens, in other words, a new country.

Keywords:

Social Movements

Residents Association

Slum Quarter

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Capítulo 1: Eles não têm mais a força de antes.....	19
3. Capítulo 2: O povo quer participar das decisões.....	31
4. Capítulo 3: Os espaços populares têm voz: O papel das Associações de Moradores da Maré.....	64
5. Conclusão: Novas perspectivas de atuação.....	94
6. Fontes e Bibliografia.....	101

II – Introdução

Essa dissertação tem por objetivo, refletir sobre como foi o trabalho das associações de moradores da Maré no período da abertura política, dentro dos anos de 1978 e 1985. Tais evidências deslocam as caracterizações elaboradas por vários intelectuais de que a população desses espaços é alienada, pela falta de acesso à informação, educação e de interesse sobre os assuntos relacionados à nação. Esse discurso vem sendo utilizado desde a década de 50 quando intelectuais e setores conservadores afirmavam que o aumento do número de cidadãos votantes, seria uma boa chance para os candidatos populistas se elegerem, devido à incapacidade das populações mais humildes de entenderem as propostas políticas, sendo assim facilmente enganados.

Para isso, trabalharei com uma bibliografia básica sobre o período, com a utilização de documentos das respectivas associações de moradores e com entrevistas que foram realizadas com os moradores que tiveram participação importante para a construção dessas comunidades. Para chegar à escolha desse tema acredito que percorri um longo caminho, que passou pelos cinco anos no curso de história, onde tive o contato com os mais diversos tipos de informação, sobre os mais diferentes tipos de assuntos e períodos. Durante esses cinco anos pude fazer uma análise dos fatos que circundam o ensino da história e o ofício do historiador. Nesse sentido, todo o processo de escolha e elaboração do meu projeto teve grande colaboração desses momentos vividos na Universidade. Além desse aspecto, também utilizei para elaborar o meu objeto de pesquisa uma perspectiva descrita por Goldenberg¹, que são os atributos internos e externos.

Segundo Goldenberg, todo pesquisador sofre a influência desses atributos, pois os dois fazem ou fizeram parte do cotidiano de cada pesquisador. Os atributos internos são aqueles que carregam consigo uma forte carga de sentimentos, ou seja, tem muito haver com a trajetória pessoal de cada indivíduo. Nessa monografia, tal atributo passa pela minha convivência com meus tios/avós, que tinham em suas narrativas sobre o período militar e, principalmente, sobre o período pesquisado um grande sentimento de tensão e dúvidas que o período despertava e ainda desperta naqueles que viveram e em pessoas que através de relatos são despertados para entender tal período. Esses sentimentos se justificavam porque

¹ Mirian Goldenberg, *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

durante os governos Geisel e Figueiredo tivemos uma alternância na atuação dos militares em relação à sociedade civil, pois ao mesmo tempo em que havia o interesse da liberalização, havia a participação de militares em atentados, seqüestros e mortes de civis.

Em relação aos atributos externos, a autora afirma ser tudo aquilo que faz parte do seu presente, que pode gerar no pesquisador certo interesse. Isso também faz parte da construção da minha monografia, já que o meu interesse por esse objeto de estudo passa pela idéia da experiência pessoal em atuação no espaço da Maré. Essa atuação se dá por ser morador desse espaço e também porque muito do que se faz hoje na ONG em que participo tem sua origem com as associações de moradores, já que elas se constituíram a partir da atuação da população da Maré em torno de suas questões. Desde os meus tempos de criança escuto algumas pessoas falarem que “antigamente é que era bom”, “quem me dera poder voltar”, entre outras frases, que me levaram a pensar se o tempo passado era realmente melhor do que aquele vivido naquele momento.

Hoje, depois de alguns anos, percebi que aquele imenso saudosismo, não necessariamente queria dizer realmente aos novos tempos, o quanto ele era incapaz de superar o passado, mas demonstrar que todos os indivíduos são uns conglomerados de sentimentos e recordações, que ficam guardados na memória. Uma memória repleta de momentos felizes, mas com tristezas também. No entanto, isso não era o mais importante, pois ter algo pra recordar é um sinal de que a vida vinha sendo vivida com algum sentido. Foi então que decidi entender como os moradores da comunidade da Maré, do qual faço parte, apresentam as suas lembranças, qual o sentido dado a elas e quais as suas principais questões. Tais questões que apresentam toda a dificuldade encontrada por esses moradores, que muitas vezes só podem contar com a atuação de seus vizinhos para a resolução dos problemas mais básicos encontrados nesta localidade. Nesse sentido, todos esses aspectos de semelhança e contato com narrativas de um passado, me levaram a escolher esse tema como objeto de estudo trabalhado nesta dissertação de mestrado.

Elaborei uma questão principal: qual o papel desses cidadãos em tomo do seu relacionamento com o Estado em busca da afirmação de sua cidadania? Levantei esta questão porque a cidadania plena que falo está ligada aos campos civis, políticos e sociais, que de formas diferentes foram negados para a população dos espaços populares e que são considerados como fundamentais à liberdade social, à vida dos seres humanos e à

igualdade de oportunidades. No campo da cidadania civil, temos o exemplo do tratamento dispensado por parte de órgãos públicos em relação ao direito dessas pessoas no que diz respeito ao direito de ir e vir e o direito de inviolabilidade de suas residências, o que não acontecia naquele espaço popular. No aspecto político, foi o período ditatorial que impediu a toda a população do direito de votar em cargos executivos, por exemplo. No campo social, é onde encontramos a maioria dos problemas relacionados a esses espaços, já que percebemos até hoje os problemas de acesso e permanência dessa população em setores como educação, saúde, moradia etc. E isso se dá porque os espaços populares por todo o século foram tratados como lugares marginais por parte dos governantes que vêem ali um amontoado de problemas sem solução. E é por isso que a maiorias das políticas públicas foram feitas através de remoções ou por uma espécie de assistencialismo levando em conta sempre um discurso de ausência e nunca se preocupando com as potencialidades locais para driblar as dificuldades cotidianas.

A partir desta temática tracei um caminho que me conduziu à confirmação do que já tinha como hipótese de trabalho, que é o de uma mobilização social por parte dos moradores da Maré tanto em assuntos relacionados ao seu cotidiano (plano micro), tanto no âmbito nacional (plano macro). Isso fica explícito nos arquivos da Rede Memória², onde existem documentos que comprovam a participação política dos moradores deste espaço, desde a discussão entre eles diante dos problemas corriqueiros de melhoria local (saneamento básico em alguma comunidade) até o contato com o Ministro do Interior Mário Andreazza a respeito do funcionamento do Projeto Rio. Esses documentos disponíveis dão conta do diálogo constante dos moradores dos espaços populares com o Estado e da grande difusão da discussão por parte deles em relação a sua realidade. São exemplos deste diálogo com o Estado, pessoas como Dona Orozina Vieira e Dona Mironeida, que mantiveram relações através de cartas com os Presidentes Getúlio Vargas e João Batista Figueiredo respectivamente, a fim de regularizarem suas moradias.

A documentação foi consultada nos arquivos da Rede Memória da Maré que tem um acervo bastante importante sobre toda a história da Maré e de seus agentes sociais (instituições, jornais, moradores etc.). Todos os documentos da Rede Memória estão separados de acordo com as suas características (tempo, local e assunto), o que facilita a

² Rede Memória é um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), que tem por objetivo tornar visível toda a história da Maré.

procura. Além da documentação disponível pela Rede Memória, utilizei os periódicos *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Unimar*, e entrevistas com representantes dos moradores daquele período. Com a documentação trabalhei buscando fazer uma espécie de afirmação de que havia ali um sentimento de pertencimento de grupo, que fazia com que aquelas pessoas se tornassem tão próximas a ponto de reivindicarem aos setores públicos coisas de interesse coletivo, com o intuito de melhorar as condições existentes. Com as entrevistas, entrei em contato com alguns moradores que estavam naquele período atuando de forma sistemática no desenvolvimento das práticas sociais. Ou seja, vivendo todo o movimento de formação do caráter que os uniam, podendo assim, servir como base para as minhas possíveis respostas. Busquei as entrevistas porque sabia da possibilidade de extrair desses moradores informações que não constam nos periódicos, já que nem sempre os fatos apresentam novas facetas daqueles acontecimentos.

Essa dissertação tem uma característica peculiar, pois vai abordar um assunto que começou a ser analisado com mais ênfase recentemente pela academia. Primeiro porque através do tempo os espaços populares vêm sendo caracterizados como um local impermeável à educação por conter em seus ambientes pessoas pouco dotadas de instrução. Por outro lado, isso ocorre também porque as pessoas destes espaços populares que chegam ao campo acadêmico não se tomam difusores dos assuntos relacionados a esses espaços por não carregarem certo grau de identidade e pertencimento com o seu local de origem, fechando assim, uma possibilidade de tomar os espaços populares pauta nas discussões na academia. Assim, nessa dissertação, tento demonstrar como a sociedade civil representada pelas associações de moradores construiu uma rede de atuação e auto-reconhecimento, tendo por objetivo desmontar certo aparato teórico de representações sem sentido e sem conhecimento dos movimentos sociais, tendo como foco nesse caso o trabalho realizado pelas associações de moradores da Maré. Além da trajetória do trabalho, vale à pena traçar uma trajetória dos capítulos, que virão à frente.

A partir do final da década de 70 vivíamos a esperança da construção de um novo momento, para a história do país. Durante vinte e um anos da trajetória política nacional, os militares cometeram as maiores atrocidades contra os cidadãos, que tinham uma perspectiva diferente da sua, tudo em nome da ordem. Essa ordem ao qual os militares

propagavam em seus discursos e ações era aquela que tinha por objetivo principal deter qualquer influência comunista no país.

No primeiro capítulo vamos entender como ao longo desses anos, os militares conseguiram ir do céu (aceitação da opinião pública e de alguns setores organizados) ao inferno (contexto de contestação nas urnas e nas ruas), que levou à queda do regime ditatorial. Nesta parte da dissertação analisei de que forma a população e alguns grupos da sociedade mudaram de opinião sobre o regime e passaram a demonstrar, mesmo que ainda de maneira velada, pois ainda não havia muitos mecanismos possíveis para tal tarefa, a sua insatisfação. Desta forma, as eleições pareciam ser naquele instante o melhor antídoto contra o veneno destilado a todos os momentos pelos militares na opinião pública. Isso fica claro mais à frente, quando acompanharmos os resultados das eleições realizadas por toda a década já citada. Essas eleições levaram a mudanças significativas nas leis eleitorais e a uma disputa acirradíssima entre os militares, sob qual seria a maneira mais correta para a condução do país, a partir de então.

De um lado estavam os militares do grupo do então presidente da República Ernesto Geisel, que achavam necessário para o país a volta dos militares aos quartéis e o comando do governo aos civis. Do outro lado, estavam os militares que ambicionavam continuar no poder e com suas práticas truculentas, para manter o silêncio das organizações sociais. Essa divisão foi bem expressa até os últimos anos em que os militares permaneceram no poder, com ações de liberalização e, ao mesmo tempo, de violência e mortes. Foi durante essas idas e vindas, que o país passou a se transformar, com os cidadãos passando a enxergar a possibilidade e a necessidade de uma maior atuação de questionamento junto ao Estado.

O segundo capítulo reflete essas possibilidades e como os diferentes setores da sociedade civil trabalharam para a construção de um novo país. Esse momento pode ser encarado como definitivo para o processo democrático, que foi consolidado alguns anos após o fim da ditadura e que perdura até hoje. Isso, só foi possível graças à participação maciça dos cidadãos nas mais diferentes formas de manifestação (passeatas, manifestos, debates, panfletagens), que visavam propor um futuro melhor para o país. Dentre os movimentos podemos citar alguns deles aqui como o estudantil, sindical, Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, alguns setores da Igreja

Católica e as Associações de Moradores de Bairro e das Favelas. Todos eles contribuíram com muita importância, cada qual com as suas possibilidades e muitas vezes em união, já que os interesses de cada grupo eram ultrapassados em importância pelos assuntos da Nação.

Esse horizonte comum tinha dois pontos principais: a necessidade de um novo modelo econômico que suprisse os anseios dos cidadãos e o fim da ditadura. Nesse capítulo algumas das ações realizadas por estes grupos vão ser citadas, com o intuito, de caracterizar a importância do movimento naquele instante. Porém, nada disso seria possível sem que os cidadãos tivessem em mente preceitos como liberdade e participação. A palavra liberdade nesse trabalho tem haver com o conceito de cidadania, que por sua vez, são tratados por vários autores como Aristóteles, Rousseau, Marshall, entre outros. Cidadania é uma palavra que muitos podem até não entende-la conceitualmente, mas que todos pensam e buscam de alguma forma adquirir. Neste capítulo apresento esse conceito atrelado ao conceito de democracia. Não poderia deixar escapar a oportunidade de agrupar os dois conceitos, pois o período que compreende a pesquisa é caracterizado justamente pela junção dos dois conceitos, democracia participativa. Ou seja, um modelo de atuação que se propunha como um parâmetro de participação, que ia muito além de um simples pleito eleitoral, tinha como função estar à frente do debate de todos os assuntos relevantes sobre a Nação. Pegando o “bonde” nesse capítulo caminharei para o último tecendo uma rede de ligações, que colocam os moradores da Maré e de sua instituição principal do período, no meio de todo esse movimento importantíssimo para a História do país.

No terceiro capítulo, os moradores e as Associações de Moradores tornam-se protagonistas da História aqui contada. Durante muito tempo (para ser mais exato desde a minha infância), sempre ouvi falar de ditadura como um período de exceção e que um grupo de heróis havia lutado, para garantir aos cidadãos brasileiros o direito de escolher o futuro do país e este trabalho serve também como uma homenagem a todos aqueles que participaram desta luta. Porém, quando ouvia essas informações me sentia intrigado, já que dentre os heróis citados ou grupos relevantes, nunca havia ouvido falar de alguém que tivesse a mesma origem que a minha, a favela. Parecia que somente os estudantes, os sindicalistas e a classe média tiveram papel preponderante naquele momento e, que o restante da população estava à mercê das ações destes grupos, como simples marionetes.

Não estou aqui culpando os grupos organizados, já que muitos estudantes e sindicalistas tinham uma origem social parecida com a minha, mas os historiadores que sempre deixaram de lado outras formas de organização.

E realmente eles estavam errados. Ao realizar a pesquisa e as entrevistas percebi o quanto importante era a trajetória de vida dos moradores da Maré e como eles atuaram, mesmo que muitas vezes de forma particular, dentro do espírito participacionista que movia a sociedade. Porém, o capítulo não fica restrito ao período citado, já que diante de tanta riqueza, achei importante contar a História de luta desses moradores desde os primeiros anos de fundação das comunidades. Para tanto, não pude deixar de lado os moradores, que comandaram o processo de ocupação e resistência, levantando as bases das comunidades, que hoje conhecemos. Além disso, esses moradores tiveram papel chave no processo de reconhecimento pelo Estado de sua presença e lançando bases da afirmação identitária pelos moradores da Maré. Foi através desses primeiros moradores, que transformações significativas ocorreram, por exemplo, a identificação das ruas, a construção das casas (palafitas), da construção das bicas d'água, entre outros serviços, que mais à frente foram retomados pelas associações de Moradores. A construção identitária não foi algo tão simples assim, pois no meio da população mareense existiam/existem pessoas das mais diferentes origem culturais. Por outro lado, foi basicamente a mesma origem social, que garantiu a possibilidade de união daquelas pessoas. A Maré é basicamente composta por negros e nordestinos, que demonstraram uma força e um sentido coletivo grandioso, para a formação e resistência nesta localidade. Foi esse sentido de unidade e um entendimento sobre a realidade, que levaram os moradores a uma ampliação nas formas de ação. Nesse momento, entraram em cena as Associações de Moradores.

Por falar em Associações de Moradores, neste capítulo, apresentarei algumas de suas ações e como ao longo dos anos, elas se tornaram o centro articulador de todas as ações daqueles moradores, seja no âmbito interno ou no externo. Tais ações tinham como objetivo principal garantir para os moradores da Maré a aquisição dos bens básicos, aos quais todos os cidadãos têm como direito. Além disso, as Associações que na sua formação foram uma forma de controle por parte do Estado no que diz respeito, as favelas,

se tornaram um mecanismo de forte oposição à máquina pública do Estado, principalmente, no período da abertura política.

As ações caminharam para diversas direções ao mesmo tempo, já que no espaço da Maré existem Associações para cada uma das comunidades. Sendo assim, a irradiação das idéias tinha um alcance muito maior, até porque a maioria das ações de âmbito interno e externo eram realizadas de forma conjunta, o que as legitimava. Confirmando essa iniciativa as Associações organizaram um organismo chamado CODEFAN, que procurou articular as discussões e ações práticas na região e em relação ao Estado. Quando as ações passavam da delimitação territorial da Maré, geralmente, as Associações buscavam apoio nos organismos superiores como a FAFERJ e a FAFERJ. No final deste capítulo, apresento que toda a articulação gerada recebeu um apoio de sua importância, para a difusão de suas ações e do que já havia sido realizado. A contribuição foi dada pelo Jornal UNIMAR. O jornal nasceu no início da década de 1980, por iniciativa dos próprios moradores, que viam a necessidade de tornar público os desejos dos moradores da Maré. Essa prática estava em consonância com os preceitos da participação popular, mas, também, dentro de um movimento que se expandia e vem se expandindo até hoje, que é o da mídia independente. A circulação do jornal durou um tempo razoável, para os padrões comunitários, porém, cumpriu muito bem a função ao qual foi idealizado.

A dissertação está assim, como foi descrita nessa introdução. Ela tem objetivo principal ampliar a voz daqueles cidadãos, que por muito tempo foram e/ou ainda continuam à margem da escrita historiográfica comprometida com um reordenamento das relações de força social da sociedade. Esses cidadãos marcados por uma trajetória de vida marcada por inúmeras lutas, que deixaram marcas de alegrias e tristezas, mas que exercem um sentido primoroso, no que diz respeito, aos sentimentos de amizade, carinho, respeito, caridade etc. Essa mistura nos faz lembrar a passagem que São Paulo escreve “caridade”, onde coloca o sentimento de unidade à frente de todos os outros. Foi esse sentimento que se irradiou sobre mim durante a escrita dessa dissertação, pois quanto mais eu escrevia, entrevistava e pesquisava, ficou claro, o quanto aquela história fascinante fazia sentido em relação à minha perspectiva de vida. Talvez, esse não seja o local mais adequado para falar do meu carinho e respeito pelos moradores, que impreterivelmente construíram o chão

onde piso desde criança e que me faz repetir e ampliar aquilo que escutava “naquele tempo como hoje é muito bom morar na Maré”.

CAPÍTULO 1 - ELES NÃO TÊM MAIS A FORÇA DE ANTES

Desabafo

Deixa,deixa,deixa
Eu dizer o que penso dessa vida
Preciso demais desabafar 2X

Ok, então vamo lá, diz
Tu quer a paz, eu quero também,
Mas o estado não tem direito de matar
ninguém
Aqui não tem pena morte mas segue o
pensamento
O desejo de matar de um Capitão
Nascimento
Que,sem treinamento se mostra
incompetente
O cidadão por outro lado se
diz,impotente,mas
A impotência não é uma escolha também
De assumir a própria responsabilidade
Hein?

Marcelo D2 - 2008

1.1 - O DESGASTE DO GOVERNO MILITAR

Durante os vinte e um anos que permaneceram no poder, os militares alternaram momentos onde gozavam de grande prestígio junto à sociedade civil e, momentos em que passaram a serem questionados. O que pode se dizer é que os militares passaram pelo poder como se estivessem em uma "gangorra", onde a sua aceitação por parte da sociedade caminhava a cada passo dado no dia-a-dia. Isso fica explícito, quando observamos todos os movimentos ocorridos entre os anos de 1968 e 1973.

Entre esses anos, os militares passaram a lidar de forma mais firme com os movimentos contrários ao regime. Foram os anos que durou o milagre econômico, onde houve entre outros aspectos, um grande crescimento econômico, grande geração de empregos, grandes obras de infra-estrutura e salários que conseguiam se manter em relação às taxas de inflação do país. Com todo o prestígio conquistado desde as elites até

as camadas mais populares, os militares pensaram que seria fácil manter o poder tomando atitudes de endurecimento em relação às parcelas da sociedade que se mantinham contrários ao governo, promulgando o Ato Institucional nº 05. Tal ato previa o fim das liberdades civis da população (primordialmente o Habeas Corpus, liberdade de imprensa, liberdade de reunião) e o fechamento do Congresso, possibilitando que o governo representando a ala conhecida como linha-dura pudesse comandar a perseguição para com todos aqueles que se opunham ao regime ditatorial. Para esse serviço de perseguição puderam contar com a ajuda do órgão mais eficaz do regime, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que foi criado em 1964. Este organismo participou através de suas informações, no desbaratamento de inúmeros movimentos contrários ao regime. Dentre os grupos que se opunham ao regime estavam o movimento estudantil, os movimentos sindicais e as guerrilhas, que foram se formando no campo e na cidade na tentativa de deter as atrocidades do regime.

Nesse período, houve um elevado número de prisões³, desaparecimentos e mortes, o que começou a despertar certo sentimento de apreensão na sociedade e, por conseguinte, em órgãos responsáveis pelos direitos humanos e pela valorização da vida. Dentre esses órgãos estavam a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que iniciaram campanhas importantes contra as atrocidades ocorridas no período cometidas pelos organismos repressivos. Essa mobilização teve seu estopim, quando membros desses grupos começaram a ser atingidos pelos aparelhos repressivos, como nos casos de padres, freis desaparecidos, restrição à liberdade de imprensa e a pressão exercida sobre os advogados. Mesmo assim, as manifestações de repúdio desses grupos ao regime foram realizadas e se estabeleceram em diferentes campos, mas com um mesmo objetivo, o de mobilizar o restante da sociedade civil, que se via de "mãos atadas" diante das circunstâncias que se apresentavam.

A Igreja Católica se apresentava como a "voz dos que não tem voz"⁴. Essa atitude foi facilitada porque a Igreja exercia influência e tinha atuação tanto no âmbito da "política

³ No congresso de estudantes organizado pela UNE (União Nacional dos Estudantes) na cidade de Ibiúna, em 1968, foram presos cerca de 920 estudantes. Muitos desses jovens presos, quando soltos passaram a participar das guerrilhas armadas.

⁴ Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989, pp. 226.

formal", quanto na "política de base". A sua atuação foi bastante importante, pois conseguiu por um lado fazer pressão junto ao Estado para a garantia dos direitos humanos e junto à população criou centros de debates para incentivar discussões sobre responsabilidade, ética, além de tomar ciência de todas as prisões, desaparecimentos e mortes, devido o contato com os seus paroquianos. Nesse papel devemos destacar o papel do Arcebispo de São Paulo Dom Evaristo Arns que em 1975 celebrou a missa de 7º dia do jornalista Vladimir Herzog pregando paz, mesmo com o cerco promovido pelos militares na Catedral da Sé.

"A missa em intenção de Vladimir Herzog seria rezada na catedral de São Paulo. No dia marcado, a cidade foi ocupada militarmente e a Praça da Sé, onde fica a catedral, isoladas por tropas do Exército e da Polícia Militar. Ainda assim, mais de 8.000 pessoas lotaram a igreja, e 30.000 tomaram a praça. Assistido de dois rabinos concelebrou, o Cardeal Arns pediu um minuto de silêncio pelas vítimas da perseguição e da violência. Em seguida, na quietude permeada de dor e de medo das forças militares ao redor, o cardeal pediu que todos mantivessem a calma e recusassem a violência, mas que tomassem coragem, nutrisse esperanças e reagissem"⁵

Na imprensa, uma das formas de luta dos jornalistas foi o disfarce, uma forma mais simples e ao mesmo tempo sofisticada de burlar a implacável perseguição da repressão baseada na censura prévia. Esse disfarce se dava através de codinomes que os jornalistas se utilizavam para manter certo distanciamento em relação às notícias, além de os jornais servirem como meio de comunicação entre grupos rebeldes que precisavam fazer as suas informações circularem através de códigos previamente combinados. Em relação aos advogados, o trabalho se deu na tentativa de defender os cidadãos acusados pelo regime e na denúncia e procura junto com as famílias por seus familiares desaparecidos. Esse trabalho apresentou para a sociedade uma questão central, que se havia estrutura legal no Estado, trazendo ao debate assuntos ligados ao lado jurídico. O maior alcance da OAB se deu porque

⁵ Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Rio de Janeiro: Vozes, 1989, pp. 205-206

era uma organização autônoma, ou seja, poderia "tocar o dedo na ferida" sem preocupação com atitudes repressivas do Estado.

Todo esse processo de insatisfação com o sistema se acentuou em 1973 com o fim do "milagre econômico". A partir desse ano, os índices sociais começaram a apresentar fraqueza do processo de distribuição de renda, se tomando mais um obstáculo para a manutenção da legitimidade do governo militar. Nesses índices as desigualdades entre pobres e ricos se acentuaram e, por isso, se tornaram mais evidentes. A clareza se dava pelos dados de crescimento do país, que não se mantinham mais os mesmos, o que provocava uma reação em cadeia. As taxas de desemprego aumentaram o valor real do salário mínimo já não conseguia acompanhar o galopante avanço da inflação. Esse agravamento nítido no crescimento do país foi proporcionado (vale lembrar que esses fatores não são as únicas explicações possíveis) pela elevação do endividamento do país, em razão da crise internacional do petróleo e pelos contínuos gastos com obras de infraestrutura, que se mantiveram dentro da pauta governamental talvez como forma de gerar empregos.

Diante dos problemas criados pelos opositores e pelo fim do "milagre econômico", se fazia necessário que o próximo presidente fosse um militar, capaz de conduzir governo de uma forma que pudesse melhorar o relacionamento do sistema com a sociedade civil. O nome escolhido foi o do General Ernesto Geisel criado na escola Superior de Guerra e com uma capacidade maior que os seus dois antecessores que faziam parte do grupo denominado de "linha-dura" entre os militares de contornar os problemas de forma menos violenta. Geisel era considerado um dos intelectuais do regime, junto com o General Castelo Branco e com o General Golbery do Couto e Silva faziam parte do grupo denominado de Sorbonne entre os militares. Foi com esse nome que os militares buscaram obter de volta a sua legitimidade junto à opinião pública, que a cada momento se deteriorava.

1.2 - O PROCESSO DE DISTENSÃO

Em 1974, o General Ernesto Geisel chega à presidência da República, como representante de uma ala militar mais moderada e com um novo modelo de governo. Esse novo modelo foi denominada como a teoria da "distensão". Esse projeto visava um afrouxamento sócio-político, baseado no desmantelamento gradual do AI-5 e na atenção especial com o sistema eleitoral. Seu funcionamento estava baseado em uma liberalização lenta e gradual. Esses objetivos do General Geisel passavam sem dúvida pela idéia de liberalização política, que continha no seu projeto, como argumentos principais, uma mudança de ritmo no cotidiano do país, sem que isso afetasse ou abrisse caminho para futuros ressurgimentos indesejáveis. Os objetivos eram bem claros: manter o controle sob a linha-dura; conseguir manter as taxas de crescimento alcançadas nos governos anteriores e retomar a democracia ou "império das leis".

Essa liberalização segundo Geisel, tinha que partir de dentro, ou seja, tinha que fazer parte dos planos e sob o comando do Estado. Com isso, o governo causou na sociedade uma boa impressão, pois já se esperava há muito um governante que tivesse interesse em devolver o país ao comando civil e a democracia, colocando os militares de volta aos quartéis.

O primeiro objetivo, o de manter o controle sob a linha-dura partiu de uma visão dos "castelistas" que tinham o desejo de que os militares não fizessem parte da política nacional, pois achavam que para o bem deles e do país teriam que abandonar o governo. Esse pensamento teve um forte reforço quando começaram a perceber dentro das fileiras militares à corrupção tão inerente aos políticos nacionais. Mas esse objetivo, não foi conseguido facilmente, pois os aparatos repressivos continuavam nas mãos dos linha-duras⁶ que não tinham o interesse em colaborar com os anseios do governo de devolver o país aos civis. E isso ficou representado nas diversas vezes em que eles tiveram atuação corno, por exemplo, no caso do DOI-COIDI e o CIEX que prenderam civis nacionais e estrangeiros corno forma de pressão ao governo e, além disso, com essa demonstração de força, puderam causar embaraço no governo perante a sociedade civil.

⁶ Elio Gaspari. *A Ditadura Perdida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 157.

Em 1975, o governo demonstrou a sua "fraqueza" diante da morte do jornalista Wladimir Herzog. Neste caso, como em tantos outros, o governo não foi capaz de apresentar respostas plausíveis à sociedade, permitindo que os militares sob o seu comando omitissem o paradeiro de cidadãos e que grupos paramilitares de direita causadores de vários atentados parassem com a sua atuação. Com isso, deixava evidente que o controle sobre os militares e, sobretudo, do país não estava completamente realizado para prosseguir com o seu projeto. Em 1977, o governo passou a mostrar sua força, quando demitiu o General Eduardo D'Ávila responsável pelo DOI-COIDE e, também mais tarde, o Ministro Silvío Frota que fazia campanha eleitoral antes do tempo, contrariando o governo que não pretendia o adiantamento da corrida eleitoral.

Nesse momento, vão acontecer dois movimentos: o primeiro por parte do governo o de fazer estremecer a linha-dura e o segundo pelos simpatizantes da linha-dura que ainda eram responsáveis pelos organismos repressores de combater qualquer espécie de avanço comunista (subversivo). Podemos entender que o governo conseguiu (de certa forma) realizar os seus dois anseios, pois conseguia mesmo com um jeito inapropriado controlar setores da linha-dura e combater qualquer avanço subversivo. Com isso, provocou na sociedade um sentimento dúbio da sociedade em relação ao governo.

No segundo objetivo, baseado na economia, o governo não conseguiu fazer o esperado em relação às crises que assombraram o final do governo Médici. O crescimento econômico continuou, mas com números em bases menores, mas o principal e o mais esperado que era uma melhor distribuição de renda, o governo não conseguiu avançar muito, ou quase nada. Isso ficou representado pela desigualdade cada vez maior apresentada nos números do desenvolvimento do país. Os números entre as regiões do país apresentavam que o Brasil era bastante dependente do Centro-Sul e que mesmo nessa região os números eram cada vez mais alarmantes e insatisfatórios para o povo.

O terceiro objetivo estava vinculado ao retomo a democracia, Geisel se demonstrou bastante fiel aos preceitos de seu "mestre" Castelo Branco que tinha o interesse de devolver o país ao "império das leis" após o um "período de emergência"⁷. No entanto, suas visões causavam uma espécie de incerteza em vários setores da sociedade, como na

⁷ Para entender melhor a temática, ver Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1974-1985). Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989.

Igreja, no MDB, na Ordem dos Advogados do Brasil, pois apresentava posições contraditórias. Por um lado pregava um processo de redemocratização gradual. Isso ficou claro quando respeitou o resultado das eleições de 1974 onde houve o surgimento de uma oposição apoiada pelo povo, quando o MDB conseguiu desbancar os candidatos ligados ao governo. Nessas eleições Geisel permitiu pela primeira vez no período de exceção que candidatos fizessem propagandas na televisão, ou seja, urna oposição mais clara, não imaginando que a oposição pudesse levar vantagem em relação ao partido que os militares apoiavam e fazia parte a ARENA⁸. Assim permitiu que o MDB conseguisse ganhar cadeiras no Senado e nas Câmaras Federal e Estadual, o que naquele momento poderia representar urna ameaça à liberalização do país. Com esse avanço desde as eleições de 1974, o MDB passou a ser o catalisador de todos os anseios daqueles que iam contra a repressão e a favor da democracia.

Antes do final do seu governo, Geisel comandou urna série de eventos que nos são mostrados como aspectos importantes, como alguns destes apresentados acima, de urna "vontade" de liberalização no comando nacional. Em 1978, o Ato Institucional 5 foi de vez suspenso, ocorreu o fim da censura, a restituição do *habeas-corpus*, a criação de urna nova lei de segurança nacional, além da volta atuante, após uma década de proibição, de grupos como o movimento estudantil, o "novo" sindicalismo e da institucionalização de grupos dentro dos espaços populares que foram representados pela FAFERJ e pela FAMERJ, assim dando espaço para todo um novo momento reivindicatório da população o que levaria mais tarde a redemocratização da sociedade brasileira.

Dentro desse processo, Geisel tinha o interesse de colocar um militar muito próximo aos seus preceitos para ser seu sucessor, para isso, essa ala dos militares via no General João Batista Figueiredo urna boa opção para a Presidência da República. Ao assumir a Presidência, Figueiredo continuou o processo de liberalização contando com um "plano- mestre" elaborado por Golbery. Nesse plano (entre outros termos que destacarei à frente), podemos destacar a reforma partidária de 1979 que previa pluripartidarismo, permitindo a criação de novos partidos políticos como o PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), além da volta do PTB (Partido Trabalhista

⁸ A ARENA se tornou o partido dos militares após a promulgação do Ato Institucional nº2, que instituía o bipartidarismo, fazendo com que os políticos ligados a antiga UDN se juntassem nesse novo partido. O MDB, por sua vez, agrupou em sua fileiras nesse momento políticos ligados aos antigos partidos PTB e PDS.

Brasileiro) e do realocamento dos políticos da ARENA no PDS (Partido Democrático Social) e do MDB no atual PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)⁹. Um outro projeto deste "plano-mestre" era o de conceder a anistia política para todos os exilados políticos do país.

A Lei da Anistia Política previa uma série de vantagens para os revolucionários, mas se mostrou ineficiente por um lado, pois a anistia foi dada também para os militares acusados de tortura, criando um sentimento de surpresa a sociedade pela impunidade, que esse vácuo da Lei permitia. Foi nesse ambiente de uma leve abertura que se encaminhou para as eleições de 1982.

1.3 - AS ELEIÇÕES DE 1982: O SINAL DEFINITIVO DA INSATISFAÇÃO.

Durante a ditadura experimentamos toda a força dos militares, mas não podemos esquecer que esses mesmos militares que governavam o país não deixavam de lado seu interesse pela consulta popular. Esse caráter consultivo se dava através do processo eleitoral, assim, fazendo com que o processo eleitoral tomasse um papel importante para o cenário político do país. Para que essas eleições tivessem importância foi necessário um grande esforço em torno do processo, pensando sempre na sua credibilidade. Diante disso, foi importante a atitude do governo que manteve a agenda política sem comprometer a da oposição que mesmo se sentindo prejudicada em certos momentos, aceitou as regras do jogo. Durante o movimento eleitoral acompanhamos passo a passo a deteriorização do regime em vista dos resultados impostos pela população.

A partir das eleições de 1974, onde o MDB (oposição) começou a conseguir resultados importantes fazendo com que sua representação dentro do Senado e das Câmaras Federal e Estadual aumentassem de forma significativa, colocando um pouco de medo no partido do governo, pois o desbancou a ARENA (governo) fazendo com que a luz de alerta do regime começasse a piscar. Nas eleições de 1978, o avanço oposicionista continuou mesmo com a barreira imposta pelo Pacote de Abril (1977), deixando claro, que

⁹ Alguns partidários do MDB se mantiveram unidos no PMDB e outros migraram para os novos e retomados partidos. Essa fragmentação foi uma das armadilhas criadas por essa reforma para controlar o avanço da oposição.

a ARENA só conseguia manter o controle dos pequenos municípios pouco urbanizados e industrializados. Sobre esse processo, Lamounier (1987) escreveu:

" No Brasil, uma acumulação gradual de pressões foi canalizada através do processo eleitoral. Os resultados das eleições funcionavam de fato como indicadores do grau em que o regime perdia legitimidade, ajudando por sua vez a agregar pressões ulteriores contra ele."¹⁰

A partir de toda essa trajetória, as eleições de 1982 ganharam status de uma das mais importantes do Brasil, pois representava uma possibilidade de escolha de caminho e, não apenas um caminho de vitória para um candidato ou outro, mas uma escolha de planejamento para o futuro. Para essa escolha duas possibilidades se apresentavam: uma era a vitória do modelo militar, que buscava nessas eleições uma vitória que mantivesse e/ou adquirisse de volta uma legitimidade capaz de garantir para as próximas eleições presidenciais a escolha de um outro General para a Presidência da República ou mesmo candidatos ligados ao PDS. A outra possibilidade era um caminho ligado ao renascimento das vias democráticas, que vinham se fortalecendo pari-passu com o processo de distensão do regime. Sendo assim, o resultado dessas eleições tinha grande importância para o futuro do país.

Diante desse aspecto, os dois lados tinham que se armar para a batalha eleitoral. O governo utilizou artifícios que buscavam atrapalhar a articulação oposicionista, tendo como base outros parâmetros do "plano-mestre" de Golbery. Essa parte do pacote previa entre outros temas, os seguintes: a proibição das coalizões; sistema de voto vinculado; renúncia do candidato se o seu partido abandonasse as eleições. Tais artifícios funcionavam como uma espécie de continuidade das reformas eleitorais presentes no Pacote de Abril (1977). Do outro lado, os partidos de oposição se mexeram de acordo com o que lhes convinha e com o que era permitido. Os partidos recém-criados como o PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), além do PTB

¹⁰ O Pacote de Abril foi um projeto do governo para manter o processo de distensão, tendo como propósito principal manter o controle sobre a linha-dura e a oposição. Para isso, o projeto previa uma série de mudanças nos âmbitos da justiça e no regimento eleitoral. Esse projeto foi executado após o fechamento do Congresso, já que o mesmo não havia aprovado o projeto de mudança do julgamento de militares acusados de tortura da justiça civil para a militar. Bolívar Lamounier. "Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1987, pp. 44.

(Partido Trabalhista Brasileiro) que estava de volta não se apresentavam naquele momento como partidos fortes frente ao regime, lançando candidaturas apenas em alguns Estados, que forjavam na sua trajetória bases ligadas a eles.

Com isso, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) se apresentava como o único partido capaz de deter o PDS (Partido Democrático Social). Para isso e como forma de campanha, o PMDB (Partido de Mobilização Democrática Brasileira) pregou junto aos eleitores do país a campanha do "voto-útil", ou seja, mostrava aos eleitores que era o único partido que deteria o continuísmo por ter em suas fileiras candidatos comprometidos com a ordem democrática e de experiência pública desde as primeiras lutas do MDB. O PDT catalisou suas forças nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde a força do nome de Leonel Brizola era uma espécie de garantia de sucesso. O PTB tinha boa influência política em São Paulo com o nome do ex-presidente Jânio Quadros. O PT participou da campanha de forma importante pois abriu a discussão política para os setores mais marginalizados da sociedade, sendo suas reuniões e comícios organizados pelos moradores dos bairros. O PDS participou da campanha de maneira bem forte, no que diz respeito, as propagandas no rádio e na televisão, já que o financiamento era facilitado, pois se baseava nas práticas clientelistas. Além disso, obtiveram apoio eleitoral em troca de serviços de água, esgoto, creches e recorrer à intimidação dos setores mais pobres dos municípios mais afastados.

A campanha eleitoral foi bastante acirrada, o nível do debate se elevou, assuntos como salário, educação, saúde, habitação e direitos fizeram parte dos debates de rádio e televisão desde o início de maio de 1982. Pela primeira vez, os assuntos de relevância nacional foram debatidos. Nesse processo, o PDS (representante dos anseios do governo) saiu-se prejudicado, pois foi atacado por todos os lados, fazendo com que em Agosto, o governo fizesse fazer a Lei Falcão¹¹, proibindo debates no rádio e na televisão, além de coagir os candidatos a mostrarem apenas as suas fotos e seus respectivos números. Essa

¹¹ O governo acreditava que podia vencer as eleições de 1974, baseado no "milagre econômico". Mas o MDB se aproveitou dos meios de comunicação e conseguiu um grande avanço nos seus resultados eleitorais. Para barrar esse avanço do MDB, o governo teria que criar um mecanismo eficiente. Foi nesse momento que o governo promulgou a Lei Falcão que restringia o papel dos candidatos no horário eleitoral e proibia a fixação de propagandas em vias públicas.

atitude atingiu com força, mais uma vez, os pequenos partidos que precisavam da propaganda para atingirem a sociedade de forma mais ampla. Desta maneira, o processo eleitoral transcorreu para o dia 15 de Novembro de 1982. As eleições ocorreram em um clima de tranquilidade e uma espécie de inquietude em relação aos resultados.

Os resultados trouxeram à tona, o que todos esperavam a manutenção do PDS da maioria simples, pois se agruparmos os partidos de oposição na Câmara dos Deputados, a oposição levava vantagem.

Tabela 1

Representação no Congresso Nacional por Partidos

Partidos	Câmara dos Deputados	Senado Federal
PDS	235	46
PMDB	200	21
PT	08	-
PDT	24	1
PTB	13	1

Fonte: Folha de São Paulo, 27 de novembro de 1982, pp. 01.

A derrota se realizou de forma arrebatadora nas eleições para os governos estaduais, se levarmos em conta números como população, eleitorado, votos e extensão territorial, mesmo não tendo ganho na maioria dos Estados. Nessas eleições, aconteceram surpresas como a vitória do PDS no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, redutos onde a oposição tinha bastante força. Nesses dois Estados, a oposição denunciou possíveis fraudes nas votações. Por outro lado, a oposição demonstrou o seu poder nos Estados mais importantes do país como: Minas Gerais (Tancredo Neves), São Paulo (Franco Montoro) e no Rio de Janeiro (Leonel Brizola). Foi uma vitória realizada nos Estados, onde o centro tinha mais influência nos votos do que o interior. Isso se deu, principalmente, nos Estados do Sudeste e do Centro-Oeste. Nos grandes centros, devido a uma maior informalidade e independência nas relações entre políticos e cidadãos, o convencimento tem que se dá, de

forma clara, ou seja, através de uma campanha conscientizadora das propostas encampadas pelos candidatos. Além disso, nos estados onde a oposição obteve êxito, a soma do percentual de produção para o país é cerca de três vezes maior, do que os estados onde o governo obteve vantagem.

Tabela 1.1

Resultados das Eleições para os governos estaduais

Partidos	Estados	Votos	Eleitorado	População	Território	%PNB
PDS	12	07.807.696	22.225.818	47.425.296	2.810.207 Km"	23,90
PMDB	09	11.612.702	30.134.704	58.400.155	5.037.937 Km"	58,22
PDT	01	01.416.630	6.292.265	11.297.962	44.268 Km"	16,68

Fonte: Folha de São Paulo, 27 de novembro de 1982, pp 01.

E foi no Estado do Rio de Janeiro onde a vitória apresentou uma surpresa, devido à diferença de votos, que chegou a quase 200 mil votos. Mas a vitória não foi fácil, setores militares tentaram fraudar as eleições, através do sistema eletrônico responsável pela sistematização dos votos, fazendo com que os votos dados à Brizola se transformassem em brancos, nulos e se voltassem para o PDS. A vitória só foi conseguida após intervenção do Tribunal Regional Eleitoral, que realizou a recontagem dos votos e deu a vitória a Leonel Brizola (PDT). Este episódio deixou clara a dificuldade da “linha-dura”, em aceitar o processo de liberalização e democratização proposta pela ala mais moderada.

Ao observarmos todo esse processo de abertura política, podemos perceber que a transição ocorreu por uma série diversas de fatores. Sem esquecer o papel do Estado, acho que vale ressaltar o papel da sociedade civil, seja ela organizada ou não, pois deu mostras de sua força, demonstrando ao estado as suas intenções para o país. Mas o que mais me chamou atenção é a gradual vitória legal da oposição nos processos eleitorais que ocorreram nos anos ditatoriais. Deixando claro, que a vitória não se deu apenas nas urnas de uma forma objetiva, mas, sobretudo, se deu no campo de uma construção subjetiva de sentimentos, pois foi capaz de formar ou ajudar a elaborar um pensamento crítico sobre as possibilidades futuras do país.

CAPÍTULO 2: O POVO QUER PARTICIPAR DAS DECISÕES

Até Quando?

Não adianta olhar pro céu com muita fé e pouca luta
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer e
muita greve você pode e você deve, pode crer
Não adianta olhar pro chão, virar a cara pra não ver
Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus
sofreu
Num quer dizer que você tenha que sofrer

Até quando você vai ficar usando rédea
Rindo da própria tragédia?
Até quando você vai ficar usando rédea
Pobre, rico ou classe média?
Até quando você vai levar cascudo mudo?
Muda, muda essa postura
Até quando você vai ficando mudo?
Muda que o medo é um modo de fazer censura

Até quando você vai levando porrada, porrada?
Até quando vai ficar sem fazer nada?
Até quando você vai levando porrada, porrada?
Até quando vai ser saco de pancada?

Você tenta ser feliz, não vê que é deprimente
Seu filho sem escola, seu velho tá sem dente
Você tenta ser contente, não vê que é revoltante
Você tá sem emprego e sua filha tá gestante
Você se faz de surdo, não vê que é absurdo
Você que é inocente foi preso em flagrante
É tudo flagrante
É tudo flagrante

A polícia matou o estudante
Falou que era bandido, chamou de traficante
A justiça prendeu o pé-rapado
Soltou o deputado e absolveu os PM's de Vigário
A polícia só existe pra manter você na lei
Lei do silêncio, lei do mais fraco:
Ou aceita ser um saco de pancada ou vai pro saco
A programação existe pra manter você na frente
Na frente da TV, que é pra te entreter
Que pra você não ver que programado é você

Acordo num tenho trabalho, procuro trabalho, quero
trabalhar
O cara me pede diploma, num tenho diploma, num pude
estudar
E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado
que eu saiba falar
Aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me
dá
Consigno emprego, começo o emprego, me mato de
tanto ralar
Acordo bem cedo, não tenho sossego nem tempo pra

raciocinar
Não peço arrego mas na hora que chego só fico no
mesmo lugar
Brinquedo que o filho me pede num tenho dinheiro pra
dar

Escola, esmola
Favela, cadeia
Sem terra, enterra
Sem renda, se renda. Não, não

Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a
gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E quando a mente muda a gente anda pra frente
E quando a gente manda ninguém manda na gente
Na mudança de atitude não há mal que não se mude
nem doença sem cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro

Gabriel o Pensador – 2001.

2.1 - A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A esperança da construção de uma nova nação, onde todos os indivíduos fossem tratados como verdadeiros cidadãos foi realçada quando se realizou a Proclamação da República, no final do século XIX. Tal esperança justifica-se até pelo significado da palavra, que quer dizer “coisa pública”, porém, a garantia dos direitos aos cidadãos continuou ocorrendo de forma fragmentada e diferenciada. Parece até um discurso panfletário (e claro que é), mas a situação das classes mais pobres, no que diz respeito, aos assuntos da cidadania, continuou na mesma perspectiva. Se levarmos em consideração o caso específico dos negros ficou ainda pior, já que ao realizar-se a sua libertação, imaginavam viver de forma distinta dos seus antepassados, que sofreram nas senzalas o preço de pertencerem ao grupo “inferior” da sociedade.

Na década de 1930, havia a possibilidade de transformação das relações sociais. Não há dúvidas, que durante os quinze anos de comando varguista, algumas conquistas foram alcançadas pelos cidadãos da classe trabalhadora. Com Vargas, a classe trabalhadora avançou na conquista de algumas demandas. Talvez, a maior de todas tenha sido a

Consolidação das Leis Trabalhistas, que atribuiu aos trabalhadores alguns direitos e uma maior significação no cenário político nacional. No entanto, continuou a mesma. Os mais pobres e/ou esquecidos pela atuação do Estado se mantiveram à margem da sociedade, sem ter garantido o acesso aos bens básicos, que todo o cidadão deveria ter o direito.

No período que compreende os anos entre 1946 e 1964, os diversos grupos da sociedade continuaram a conseguir alguns avanços nos requisitos da cidadania. A Democracia no Brasil, sempre foi alvo de inúmeras discussões, no que diz respeito, à sua conceituação. Isso ocorre, pois ao longo de nossa história houve modificações importantes, que por sua vez, interferiram na identificação do conceito, ou melhor, na identificação se aqui no Brasil já houve democracia. Desde o Império, alguns cidadãos participam do processo eleitoral, mas o grande "boom" acontece na República (1932-1945), onde os cidadãos acima de 21 anos passam a poder votar, sem distinção de escolaridade e renda. A partir da Carta Constitucional de 1946, a participação popular se tomou evidente, o otimismo estava presente, o associativismo e o ativismo político passaram a fazer parte do cotidiano dos cidadãos. Para esse momento (anos 50), que alguns autores chamam de "eufóricos" houve uma consonância entre fatores, facilitando esse processo. Um deles foi o início da transferência da população do campo para os grandes centros, que cada vez mais, absorviam as pessoas vindas do interior para trabalhar nas indústrias, os meios de comunicação (jornais e rádio) e o espaço da rua, que passou a ser utilizado como espaço para a participação política (com os candidatos, manifestantes estando juntos ao povo), principalmente, se pensarmos que houve a ampliação da participação popular na política. Além disso, durante esse período ocorreram avanços sobre os assuntos ligados a Reforma Agrária, senão objetivamente, pelo menos com a atuação das Associações Rurais, das Ligas Camponesas, os sindicatos se fortaleceram e a educação escolar chegou a um grupo maior de brasileiros (projetos de alfabetização direcionados ao interior do país), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criada por Juscelino Kubitschek, com o intuito, de diminuir as desigualdades regionais. É verdade que todos os avanços foram considerados importantes, porém, não acabaram com os problemas da população como um todo, já que se realizaram de forma setORIZADA e paliativa.

Durante essa pequena trajetória das relações entre Estado e cidadãos ficou bem explícita, a incapacidade do Estado em atender aos anseios dos seus cidadãos, até porque

geralmente os governantes, que ocupam a máquina pública não procuram saber dos desejos de seus cidadãos. Então se realizam ações que privilegiem alguns grupos, principalmente, quando se sente pressionado. Aqui, vale uma reflexão. Será que realmente o Estado não tem condições de cuidar bem dos seus cidadãos? Esta é uma pergunta muito complicada de ser respondida, já que podemos citar alguns exemplos, de ações que ratificam o que foi dito. É o que acontece hoje com o Estado, em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que atuam de forma intensiva na ocupação de terras, como forma de pressionar o Estado, com o intuito, de garantir melhorias aos seus membros. Com essas ações, o MST consegue atenuar as suas dificuldades, conseguindo lotes de terras para assentamento com reconhecimento de propriedade, financiamento aos já assentados para que comecem a produção e o reconhecimento das novas ocupações realizadas. Esse não é um caso único em nossa história. Voltando um pouco mais atrás nessa trajetória histórica, lembraremos as conquistas alcançadas pelos trabalhadores ao realizarem greves contínuas, que forçaram os empresários e, por sua vez, o Estado a cederem.

Essas lutas não são privilégios dos trabalhadores do Brasil. Pelo mundo, também ocorreram inúmeras situações como essas. Para citar um exemplo, podemos falar das lutas trabalhistas ocorridas na Inglaterra durante o século XIX. Foi durante esse período, que os trabalhadores conseguiram conquistar os seus maiores avanços. E aí está o ponto principal, já relatado por outros autores como Marshall, Turner, Barbalet e Gramsci, para citar alguns deles, que falavam da dualidade existente na sociedade contemporânea, entre a validade e a necessidade da luta dos trabalhadores (para aquisição dos seus direitos) e as concessões realizadas pelo Estado, para manter o status quo da sociedade. Gramsci escreve o seguinte:

“ O Estado é certamente concebido como organismo forte de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento, esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz”¹²

“ Em grande parte, explica-se, assim, a cumplicidade existente entre o Estado que garante as condições de produção e

¹² Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 – v.03.

reprodução da burguesia e esta que, por sua vez, o representa e o financia. Ao Estado, então, cabe, principalmente, manter o “equilíbrio” das forças na sociedade, julgar, executar, corrigir, instruir e difundir ideologias de massa, deflagrar guerras e exigir até a vida dos cidadãos...pobres!”¹³

Ao conceder alguns direitos, o Estado consegue silenciar, pelo menos por um período, alguns movimentos de contestação. Uma outra forma de manutenção da ordem foi à fragmentação dos setores sociais. Não obstante, os trabalhadores passaram a ser reunidos em corporações separadas. Por exemplo, no Brasil temos diversos sindicatos que visam atender aos interesses de seu movimento, não percebendo muitas vezes, a importância de construir uma luta em conjunto, para fugir das teias da dominação. Não realizando isso, os organismos cumprem a lógica do Estado, que é a de “dividir para dominar”, pois uma mobilização em conjunto, poderia provocar eventos irreversíveis, para a manutenção do controle pelo Estado. Além disso, podemos citar que tal perspectiva conta com o apoio importante de um conglomerado de forças internacionais, que impulsionam uma ordem dominadora em escala mundial. Todos os preceitos de coerção funcionaram (funcionam) bem no Brasil,, se levarmos em conta, que a maioria da população considera o Estado, como o principal provedor das suas necessidades. Não é à toa, que durante a maior parte do regime militar, todas as barbaridades passavam “despercebidas” pela população, que estava mais preocupada com o que o Estado poderia oferecer. Isso, não quer dizer é claro, que os cidadãos aceitassem aquele regime de exceção, no entanto, estavam muito mais atentos à sua desenvoltura econômica.

“ A terceira causa é a burocratização da política. Deu-se um processo de extraordinário crescimento do Estado. A partir da aparição dos estados nacionais, no século XVI, a res publica começou a ser entendida como estado soberano. O processo de luta pelas liberdades foi compatível com o progressivo crescimento do Estado, necessário para organizar uma sociedade cada vez mais tecnicista e complexa, e amiga de um poder central historicamente fortalecido. O corpo de funcionários foi

¹³ Giovanni Semeraro. Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. Aparecida. SP: Idéias e Letras, 2006. pp. 156

crescendo e especializando-se, até constituir “um plexo dentro do plexo”, uma maquinaria organizacional que controlava e governava a sociedade e seus instrumentos. A soberania passou a deter e organizar o poder, e impor uma força de coação que mantivesse tudo em funcionamento. Posteriormente, o Estado passou a ser também dono das instituições educativas e assistenciais e assumir a tarefa de benfeitor e tutor, para dispensar o bem-estar a todos”¹⁴

Ao realizar esse breve histórico da atuação do Estado e das lutas dos seus cidadãos, cabe uma outra indagação. Afinal será que podemos dizer realmente, que no Brasil há cidadania? Para responder tão importante pergunta, precisamos entender um pouco, o que pode ser e como entendemos cidadania. As concepções de cidadania surgiram na Antiguidade e vem se adequando de acordo com cada momento histórico. A partir da formação da sociedade moderna (Estado – Nação), a cidadania passa a ter um significado próprio. Desde então, ela comumente definida como a condição, que identifica o membro de um Estado – Nação. Essa primeira definição garante a cada membro da comunidade nacional, um conjunto de leis, que conferem a posse de direitos civis, políticos e sociais, para uma participação legítima nos assuntos de interesse dos respectivos Estados.

“ As categorias cidadania, nação e povo, embora distintas em suas origens e em sua materialidade, começaram a adquirir uma grande afinidade, tornando-se quase sinônimos, sobretudo a partir dos discursos liberais e republicanos revolucionários. O cidadão passa a ser pensado como membro de um povo ou de uma nação que participa da vida nacional por meio do direito, dos compromissos, dos símbolos, dos discursos e, para os membros (masculinos) da classe dominante, pelo exercício do poder no Estado Nacional. O indivíduo retirado do mundo real como um átomo abstrato torna-se, assim, membro de uma ordem nacional comum, da qual participa ativa ou passivamente como

¹⁴ Ricardo Yepes Stork e Javier Aranguren Echevarría. Fundamentos da Antropologia. Um ideal de excelência humana. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, 2005, pp. 413/414

cidadão possuidor de direitos e deveres, além de compromissos morais e simbólicos historicamente constituídos”¹⁵

Diferentemente do que pensava Aristóteles¹⁶ (que ao observar e descrever a cidadania grega, a entendia como um privilégio, onde nem todas as pessoas tinham os mesmos direitos), a cidadania moderna era aquela que a princípio colocava os membros em um mesmo patamar, mesmo que sem ainda a possibilidade de uma participação política efetiva, já que vivíamos a sombra do Absolutismo europeu. A perspectiva de verdadeira interação entre Estado e seus membros surge com a Revolução Francesa, não que tenha sido um exemplo, mas serviu para uma atuação ativa das camadas populares no processo revolucionário.

“ Usando a própria imagem da Revolução, o guilhotinamento da realeza decapitou o monopólio do poder e os privilégios hereditários, exercidos como direitos atribuídos pela “vontade da divina providência”, e transferiu a soberania da cabeça dinástica para o corpo da sociedade, com suas múltiplas e diferenciadas cabeças. Ou ainda, as relações de poder deixaram de ser consideradas *ex parte principis* para se tornarem *ex parte civium*. O futuro da sociedade explicitava-se como responsabilidade exclusiva das diferentes providências humanas, das múltiplas e contraditórias vontades dos cidadãos, com suas diferentes razões e seus diferentes deuses”¹⁷

¹⁵ Haroldo Abreu. *Para além dos direitos – Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, pp. 63

¹⁶ Vê-se por aí, portanto, o que é cidadão: é o que possui participação legal na autoridade deliberativa, e na autoridade judiciária – aí está o que denominamos cidadão da cidade assim formada. “E denominamos cidade à multidão de cidadãos capaz de ser suficiente a si própria, e de conseguir, de modo geral, quanto seja necessário à sua existência” Aristóteles. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2002, pp. 79

¹⁷ Haroldo Abreu. *Para além dos direitos – Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, pp 81.

No que diz respeito às idéias, elas já haviam sido preconizadas pelos contratualistas (Hobbes, Rousseau e Mill). A partir desse momento, o Estado deixa de estabelecer relações com meros súditos, para se relacionar com cidadãos que poderiam interferir no poder e, inclusive, mudar a sua natureza. Desta forma, o Estado deveria trabalhar para o bem comum, de todos os seus cidadãos. Com o passar dos anos (séculos) cada Estado (não cabe aqui uma discussão detalhada sobre casos específicos) trabalhou de forma específica, em busca do já preconizado contrato social.

“ Os indivíduos tornam-se juridicamente igualados como cidadãos possuidores de direitos civis, deslocando os fundamentos da justiça, do direito centrado nas deliberações e julgamentos monárquicos para a coexistência dos direitos privados e contratuais descentrados na sociedade civil burguesa. O Estado e os próprios indivíduos-cidadãos, independentemente de suas carências, de suas privações e de seus interesses, deixam de ser súditos do rei para se tornarem súditos dos domínios civis privados, reconhecidos e identificados com os cidadãos que emergiram dos burgos e que personificavam a expansão do sistema de produção e troca de mercadorias.”¹⁸

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, já no século XX, ocorreram várias transformações que colocaram em xeque, aquela antiga definição. Não estou querendo dizer que o “patriotismo” tenha saído de moda, pelo contrário, ele aparece com muita força, quando interesses específicos estão em jogo. Além disso, porque os movimentos que emergiram precisavam de um “porto seguro”, para reivindicar os seus direitos. Junto a esse surgimento, depois de 1945, a sociedade viu nascer uma forma de Estado, que tinha como objetivo principal, garantir o acesso dos seus cidadãos aos bens básicos de cidadania, sobretudo, no que diz respeito, aos direitos sociais. Esse é o Estado de Bem Estar Social. O seu surgimento ocorreu devido ao reconhecimento, de que vivíamos em uma sociedade não igualitária e destruída depois de uma tragédia como foi a guerra. E aqui está o ponto

¹⁸ Haroldo Abreu. *Para além dos direitos – Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, pp. 62

chave, para respondermos a pergunta feita nas páginas anteriores. Ao reconhecer as desigualdades existentes, o Estado criou condições, para que os cidadãos procurassem novas formas de auto-reconhecimento e, o que é melhor, a possibilidade ampliada de lutar pelos seus direitos. Barbalet afirma Giddens como um dos intelectuais, que acreditam na luta dos excluídos como caminho fértil, para o desenvolvimento da cidadania. Ele relata o seguinte:

“ E explica que para obter a cidadania os grupos anteriormente excluídos do seu âmbito tiveram de lutar contra a resistência dos que se tinham oposto à sua expansão. Essa luta não acontece no vácuo, e lutar por um objetivo não implica que ele será atingido. É necessário, pois, identificar as circunstâncias em que a luta pelos direitos de cidadania pode ser bem sucedida”¹⁹

Várias foram e vêm sendo as “trincheiras” em que se desenvolveram as lutas por afirmação dos direitos básicos. No Leste Europeu, os movimentos de oposição em relação as ditaduras comunistas foram intensas, na Europa Ocidental tivemos os exemplos do Maio de 1968 (que ressoaram aqui no Brasil, mesmo já dentro do período militar) e o movimento para aquisição dos direitos civis pelos negros dos EUA, tendo como figura chave Martin Luther King, que pode ser considerado o boom da mudança no preconceito racial daquele país e que influenciou com certeza na escolha do seu novo presidente. Toda a pluralidade de aspirações participacionistas, que os movimentos levantaram, funcionaram como um furacão, que se espalhou (de forma positiva) por todos os cantos.

“ O nível mais geral, pode dizer-se que os movimentos sociais nascem da ação social coletiva. Os movimentos sociais, ao contrário dos movimentos políticos, não são vocacionados para tomar o poder político mas para exprimir as suas aspirações – interesses, valores, e normas – das coletividades sociais.”²⁰

¹⁹ J. M. Barbalet. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 154.

²⁰ J. M. Barbalet. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 149.

No Brasil, a participação popular teve seu ponto auge nos momentos que antecederam ao golpe militar de 1964. No dia 13 de março de 1964, o Presidente João Goulart fez um comício na Central do Brasil para um público de cerca de 200 mil pessoas. O comício contou com a presença de grupos organizados da sociedade como os estudantes, os sindicalistas e muitos cidadãos se organização institucional, que viam nas suas propostas um melhor caminho para o país. Por outro lado, alguns grupos que se mostravam contra o Presidente por suas propostas reformistas e sua suposta ligação com os comunistas, juntaram-se para se manifestar contra o governo. Para isso, se organizaram na "Marcha da Família pela Liberdade e pela Propriedade", que sintetizava a reação conservadora contra as reformas. Com o golpe realizado pelos militares e, sobretudo, depois da instauração do Ato Institucional nº 05, todos os suspiros de participação popular foram silenciados por causa do sentimento de medo instaurado no meio da população.

Durante a década de 1970, o regime militar já nos dava mostras de que o caminho para a abertura política estava próximo. Vai ser nesse período, que as massas vão voltar a se organizar nos seus setores de interesse, para voltarem à participar da luta política no país. Esse foi um momento, que a participação popular deu um grande salto a isso chamamos de democracia participativa, valorizando esse sentido mobilizador do período. A democracia participativa é caracterizada como o direito do povo de estar à frente das decisões sobre o caminho a ser seguido em um país, como por exemplo, as decisões de para onde os recursos financeiros seriam destinados e com que finalidade. No período entre 1978 e 1985, várias manifestações vão ocorrer no Brasil país, afim de uma mudança de rumo nos caminhos do país, e isso, também em relação a um acesso maior da população em assuntos como política, economia, ou seja, uma maior conscientização sobre todas as possibilidades de se tomar cidadãos plenos dessa nação. Essa possibilidade da população de reconhecer o seu papel tem a ver com uma discussão ampliada sobre identidade pública do ser humano, ou seja, de se sentir pertencente a um organismo subjetivo e complexo que é a sociedade. Daí, a explosão do retomo e da criação de grupos associativos em vários setores da sociedade civil.

“ Mais do que algum aprofundamento ou superação da “democracia formal” ou representativa, que até então tinha dado pequenas mostras de existência no cenário brasileiro, o

participacionismo pode ser entendido enquanto uma reivindicação específica, saída do cotidiano dos trabalhadores urbanos e de suas organizações políticas, ao mesmo tempo estimulada pela restituição de canais institucionais de negociação e projetada para além destes”²¹

Esse foi um movimento, que despertou os sentimentos adormecidos da população. Essa democracia participacionista se dava através dos movimentos organizados específicos, que naquele momento, se canalizavam em torno de um projeto único, que era o de combater o regime, sendo realizado de forma estratégica e planejada. No processo de participação, o mais importante de se perceber é a criação de um novo modelo de prática política, onde a voz se tomava tão importante e necessária, quanto o voto. Assim, entendo que houve uma ampliação dos sentidos democráticos do período compreendido entre 1946 a 1964.

Para chegar ao entendimento de que a luta política era necessária, a população teve que enxergar todas as relações sociais vivenciadas no decorrer do autoritarismo e no dia-a-dia, como produtora da repressão, da desigualdade e do silenciamento. É a partir desses paradigmas, que o associativismo vai se expandir como um canal capaz de produzir diálogos e, por conseguinte, proposições legais para a resolução dos problemas específicos de cada grupo. Um traço importante desse momento é a grande organização dos movimentos (muito por causa da trajetória política de alguns de seus membros) e a forte ligação que surgiu dentre elas, já enxergando a necessidade de se trabalharem juntas. Aqui cabe uma lembrança sobre o papel central dos antigos membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro), pois durante o século XX formaram trabalhadores e, nesse período, ajudaram na formação das populações que não faziam parte de discussões dentro dos sindicatos.

Dentro dessas lutas organizadas contra o regime, alguns grupos se tomaram de suma importância para o desenvolvimento da formação de uma mobilização crítica da sociedade. Dentre eles, observamos o MDB, pois permaneceu firme na disputa política

²¹ Rodrigo Oliveira Fonseca. *Dos fins aos meios, da história ao discurso - enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005, pp.03

contra o partido do governo, a ARENA, durante a maior parte da ditadura como uma oposição legal. A partir da reforma eleitoral de 1979, outros partidos passaram a fazer parte do sistema político, ajudando no processo de discussão política. Outros movimentos importantes foram o estudantil e o sindical, que com o seu retorno ao cenário de mobilização contra o regime, se tomaram organismos de sustentação para as discussões e manifestações, principalmente, quando o Ato Institucional nº 5 foi extinto em 1978. Vale ressaltar que por isso a tolerância do regime com a movimentação foi maior, mas essa volta dos movimentos não se realizou de uma forma aceitável por todos os setores do regime. No lado da linha-dura, alguns grupos paramilitares de direita realizaram vários atentados terroristas²². Esses atentados serviam como uma tentativa de atrapalhar a continuidade da abertura política.

Além destes citados, muitos outros movimentos começaram a estourar por todo o país, dando-nos uma bela paisagem do que foi a movimentação popular. Estes movimentos surgiram, primordialmente, dentro dos espaços populares, onde naquele período o movimento reivindicatório tomou grande impulso. Nos grandes centros, essa mobilização foi ainda maior, pois com o inchaço desses centros as dificuldades se tomaram ainda maiores. Tal inchaço fez com que as pessoas fossem se aglomerando em lugares não capazes de oferecer condições dignas de sobrevivência para essas populações, que por sua vez, se apoiaram em todo o movimento nacional para lançar mão de suas reivindicações. É nessa esteira de acontecimentos, que no Rio de Janeiro, surgem, inúmeras Associações de Moradores de bairros populares e de favelas, que no momento seguinte vão fundar a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) e a FAFERJ (Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro), que se tomaram uma espécie de catalisadores dos desejos dos moradores desses espaços.

“ A consciência dos subalternos tornara-se objeto de disputas hegemônicas que transcendiam os partidos políticos, comandados por “elites” ou “vanguardas” organizadoras das

²² O mais famoso dos atentados promovidos por grupos ligados a linha-dura foi o realizado no Riocentro. Nesse dia houve um show de comemoração pelo Dia dos Trabalhadores, que contou com inúmeros artistas que apoiavam a abertura e, sobretudo, de um grande número de pessoas no local. A intenção era a de estourar uma bomba no local, mas por sorte o artefato estourou dentro do carro, onde estavam dois integrantes do grupo. Nesse incidente um Capitão ficou ferido e o Soldado morreu porque a bomba estava em suas mãos.

formas de participação política. A identidade dos subalternos era objeto da atuação das múltiplas e diferenciadas associações que se disseminavam na sociedade civil, com suas diversas formas e finalidades”²³

Novos desejos e preocupação fizeram com que esses movimentos refletissem muito da crise da década de 1970. Nesse processo, o conceito de cidadania se entrelaça com o de democracia. Ao contrário do que muitos pensam a democracia não tem o espaço restrito ao sistema eleitoral. Talvez, seja por isso, que Holanda (1986:119) tenha afirmado que “*a democracia, no Brasil, foi sempre um lamentável mal entendido*”. Ao contrário do que foi dito acima, o conceito de democracia, etimologicamente falando, quer dizer “poder do povo”. Esse poder muitas vezes se manifestou na história do país, mesmo quando a articulação ficou restrita à alguns movimentos ou determinados grupos. Contudo, a movimentação ocorrida durante o período, que se manifestou a partir da década de 1970 no Brasil, produziram uma nova atuação diante do Estado, onde os cidadãos impunham de forma clara e consistente os seus anseios. Assim, os movimentos sociais tiveram nas suas respectivas lutas, uma força inigualável.

“ Os movimentos sociais tornam-se mais essenciais na luta pela expansão da cidadania no momento em que o propósito dos que se opõem ao alargamento da participação está no seu auge.... quanto mais se sente que a exclusão só por si é o principal fator que separa o grupo excluído da comunidade como um todo, mais forte será a exigência de inclusão do grupo excluído e mais probabilidades ela terá de encontrar apoio”²⁴

Todos esses movimentos foram de suma importância para o processo de redemocratização e, sobretudo, para a construção de toda articulação política no país, que durou e teve seu auge na "Campanha das Diretas Já" (1983-1984), nas discussões

²³ Haroldo Abreu. *Para além dos direitos – Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, pp. 160

²⁴ J. M. Barbalet. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 154.

realizadas para a Constituição de 1988 e nas eleições presidenciais de 1989²⁵. As discussões foram intensas, tanto por parte dos partidos com os seus candidatos, quanto por parte da população organizada em grupos ou mesmo sem fazer parte de algum grupo organizado. Nesse momento, "todos" estavam presentes nos comícios, carreatas, panfletagens, assim, reconstruindo uma atuação democrática participativa da população brasileira. Vai ser sobre alguns desses grupos que trabalharemos neste capítulo.

2.2 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS ESTÃO DE VOLTA (SINDICATOS E MOVIMENTO ESTUDANTIL)

2.2.1- "O Novo Sindicalismo"

Os sindicatos foram criados no país, desde o início do processo de industrialização do país. Ao longo do século XX, os sindicatos foram aumentando o seu poder de debate e o número de filiados. A partir da década de 1950, com a ampliação do parque industrial brasileiro, o número de sindicatos aumentou ainda mais, pela sua irradiação em novos centros indústrias e da separação de outros. Nesse crescimento tivemos uma participação central do PCB, que havia se reestruturado e precisava desse apoio para o fortalecimento diário.

Com o golpe militar, os sindicatos passaram a ser fiscalizados de perto pelo regime, fazendo com que alguns sofressem intervenções, fossem fechados, seus membros perseguidos, só voltando ao seu funcionamento normal em 1965. Entre os anos de 1970 e 1977, os sindicatos estavam vinculados ao obediência das leis, tratando de assuntos coletivos baseados na Consolidação das Leis Trabalhistas. No processo de controle dos sindicatos, o Estado (desde os anos 30) foi criando leis, que garantiram a facilidade deste controle. Nesse sentido, a seção V da Consolidação das Leis do Trabalho, se tornou importante, pois disciplinava a formação e o funcionamento dos sindicatos. Essa seção da

²⁵ Um conceito que poderia ser utilizado, nesse momento, como um sinônimo para democracia é o de cidadania. O conceito de cidadania é caracterizado por ser a possibilidade de que todo cidadão tem para lutar por seus direitos, tendo em vista sempre seus deveres, nos campos civil, político e sociais. E foi o que aconteceu no período de luta pela redemocratização, já que nessas lutas encontramos elementos que se encontram dentro os campos característicos de uma participação cidadã. Para entender melhor essa discussão, ver José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil, Um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

lei foi feita com o intuito de atrelar os sindicatos ao Estado, servindo como mero cumpridor de ordens. Isso era facilitado devido a organização piramidal dos sindicatos, onde cada grupo profissional só poderia se articular com os seus respectivos colegas de profissão.

Além desse obstáculo para organização, os sindicatos sofreram com o Estado, que promovia mecanismos interventores quando se sentissem ameaçados como o afastamento de dirigentes, dispositivos orçamentários, a possibilidade de criar sindicatos "fantasmas" e a proibição legal de filiação a organizações sindicais internacionais. Por outro lado, os sindicatos empresariais se mantiveram estáveis sem qualquer intervenção do Estado, para dissolvê-los ou afastar seus dirigentes. Em 1977, depois de anos de lutas por autonomia, os sindicatos inauguraram um novo momento, onde pudessem retomar o controle sobre a sua organização. Demonstrando a sua preocupação com os problemas nacionais, a política nacional de desenvolvimento e a com sua própria organização. Esse "novo sindicalismo" trazia em sua plataforma o compromisso com a democracia, a liberdade e suas reivindicações pleiteavam: revogação das práticas repressivas, eleições diretas, participação popular no Estado, revogação do controle salarial, direito de greve e *autonomia*. No processo de construção desse novo momento, os sindicalistas tinham que se fazer ouvir, para que o seu movimento ganhasse força. A projeção necessária surgiu quando os trabalhadores da Saab-Scania entraram em greve, reivindicando os 34,1% pelas perdas decorridas da manipulação dos índices do custo de vida pelo Governo Federal. Mesmo com a derrota na Justiça do Trabalho, aquele sindicato de São Bernardo do Campo saiu-se fortalecido politicamente em relação a outros de maior expressão, fazendo com que a partir dali, os empresários tivessem que sentar-se à mesa para negociar com os trabalhadores, além disso, uma grande onda de greves se espalhou pelo país, nos mais diferentes grupos sindicais.

" Depois de dez anos de aparente imobilidade, 100 operários da Saab-Scania, fabricantes de ônibus e caminhões em São Bernardo do Campo, compareceram ao trabalho, marcaram o cartão de ponto, sentaram-se em frente às máquinas e cruzaram os braços. Em uma semana, haviam aderido à greve todos os 1.800 operários da Saab-Scania e trabalhadores de 23 outras

empresas. Na segunda semana, 77.950 operários estavam em greve em São Bemardo, Santo André, São Caetano e Diadema - o chamado ABCD, coração industrial do país. Em todas as fábricas, os operários perfuravam seus cartões de ponto, sentavam-se em frente às máquinas e cruzavam os braços em silêncio”²⁶

Esse foi um ato que se repetiu diversas vezes, já que os sindicalistas haviam percebido que as greves eram um ótimo instrumento reivindicatório. Nesse período, começa a ganhar destaque o sindicato de São Bemardo do Campo. Quando o ano de 1978 começa, iniciam-se também as greves de trabalhadores, principalmente, do setor automobilístico em São Bemardo do Campo. Tal posição de destaque se dava pelas novas formas de reunião²⁷ e porque desencadeavam uma nova onda de greves da história do país.²⁸ Com a proximidade, logo outros sindicatos seguiram a receita, como Santo André, São Caetano, Guarulhos e Osasco, fazendo com que o Sindicato de São Paulo se sentisse obrigado a seguir a trilha frente às entidades patronais. Os motivos dessa nova onda eram a melhoria dos salários, melhores condições de trabalho, novas leis trabalhistas, contra demissões e pelo retomo dos profissionais que haviam sido demitidos.

Mas nesse momento, nem tudo eram flores, pois a repressão por parte do Estado foi grande. Em 1977, o Ministro do Trabalho, Amaldo Prieto baixou uma portaria que proibia reuniões ou deslocamentos coletivos de sindicalistas, mas já não havia mais jeito, pois o seu poder estava desestabilizado e sua intimidação não tinha tanta penetração. A partir de 1979, os patrões obrigaram que as manifestações fossem feitas nas ruas, facilitando por sua vez, a atuação da polícia nas prisões de manifestantes. No Estado Rio Grande do Sul, o dirigente do sindicato dos Bancários de porto Alegre, Olívio Dutra, ficou preso por duas semanas. Nas greves do ABC, muitos dirigentes também foram presos e nem todas as

²⁶ Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Rio de Janeiro: Vozes, 1989, pp 248-249.

²⁷ Os metalúrgicos de São Bemardo do Campo passaram a se reunir em estádios de futebol, para aglomerar um maior número de grevistas e, assim, dificultar a repressão por parte da polícia.

²⁸ Mais de 3.000 trabalhadores aderiram a greve em 15 estados do país. Onde os sindicatos de diferentes espécies aderiram ao movimento. Ver Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Rio de Janeiro: Vozes, 1989, pp 253.

demissões foram revogadas²⁹. Desta forma, podemos perceber que tanto os empresários, quanto o governo mostravam que a liberalização tão decantada, não seria um desejo tão fácil de ser alcançado.

Mesmo dentro desse processo repressivo, a luta continuou tendo como propósito principal tirar a classe trabalhadora da posição de dependência em relação ao governo. Um documento da CNTI, que afirmava ser preciso *"que se debata amplamente a questão buscando-se um modelo próprio que reflita os anseios de liberdade dos trabalhadores e a realidade de nossos tempos"*³⁰, deixava claro, que os sindicalistas não voltariam atrás. Nessa queda de braço, o governo começou a baixar a guarda e, com isso, passou a promulgar leis a favor dos trabalhadores. Entre elas estava a Lei nº 6.708, prevendo reajustes salariais semestrais, negociação direta entre sindicatos e empresariado, reajustes diferenciados para as diferentes faixas salariais, fazendo com que os sindicatos observassem uma maior autonomia para dialogar as suas questões. Nesse período, os sindicatos passaram a treinar novas lideranças, a partir do desejo de criar uma conscientização dos trabalhadores, para que não houvesse uma dependência excessiva em relação há algumas lideranças.

A partir de 1980, esse "novo sindicalismo" já tinha suas bases bem sólidas, onde a consciência política tomou corpo, levando suas reivindicações para além de aumentos salariais, agora levavam em consideração assuntos como estabilidade de emprego, redução da semana de trabalho, escolha de seus chefes de seção, garantir acesso livre às fábricas. Nessa década, o sindicalismo ganhou ainda mais força, sendo criadas novas instituições de ajuda aos sindicatos. No período, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical se estabeleceram como centros de discussão e proposição dos trabalhadores. Nesse sentido, fica evidente o desejo da sociedade por um novo modelo, onde a criação de redes institucionais fossem importantes para a consolidação desse novo momento.

²⁹ O filme Peões (Eduardo Coutinho) retrata como muitos desses trabalhadores demitidos no período, não retomaram as suas atividades após as manifestações sindicais.

³⁰ Carta do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI).

2.2.2 - O retorno do Movimento Estudantil

O movimento estudantil durante a sua trajetória como organização, sempre se caracterizou pelo seu caráter combativo contra as mazelas da sociedade. Esse caráter combativo se fez presente em diferentes momentos da história do país e, portanto, não poderia ser diferente durante a ditadura militar. Suas lutas não ficaram restritas aos seus interesses específicos, muito pelo contrário, participavam também das mobilizações organizadas por professores, trabalhadores da indústria e outros grupos da sociedade.

No período em que conseguiu se manter na ativa, o movimento estudantil foi um dos mais atuantes, realizando manifestações gigantescas, principalmente, nos grandes centros do país. O movimento expressou a sua enorme força nos anos de 1967 e 1968, quando lutou junto aos sindicatos, contra as demissões de professores e por uma autonomia organizacional. Nessas manifestações objetivavam organizar-se em nível nacional, estadual e local, ganhando visibilidade e tomando o debate sobre suas proposições, um debate de toda a sociedade. Um de seus maiores movimentos do período se realizou contra a proposta de Reforma Universitária proposta pelo Ministério da Educação e os acordos chamados MEC/USAID. Também nesse período, realizou-se secretamente o seu 29º Congresso, onde elegeram os seus novos representantes e ampliaram o apoio que recebiam dos alunos universitários e, por estudantes secundaristas simpatizantes das idéias do movimento, já percebendo que essa luta faria parte de seus futuros. Em uma de suas manifestações no período, para a melhoria das condições do restaurante responsável pela alimentação de alunos pobres, ocorreu a morte do aluno secundarista Edson Luís, quando o grupo de estudantes foi atacado com tiros por um batalhão da polícia militar.

" O governo retirara os subsídios ao restaurante, que passou a ser gerido como empresa privada. Com a deterioração da qualidade da comida e o aumento dos preços, os estudantes começaram a protestar. Tentaram negociar melhorias no restaurante, solicitando audiência às autoridades. Um pequeno grupo organizou em frente ao restaurante uma dramatização de

suas queixas. No dia 28 de março de 1968, durante uma outra demonstração, um batalhão da Polícia Militar chegou ao local e disparou tiros de metralhadora sobre os estudantes. Edson Luís, secundarista pobre de 16 anos, morreu instantaneamente”³¹

Essa morte mobilizou a indignação popular, fazendo com que as massas fossem para as ruas, como forma de representar a sua repudia contra as atitudes do regime. No dia do funeral do estudante morto, durante o cortejo, os estudantes assobiavam o hino nacional, lenços brancos, aplausos e chuva de papel picado eram realizados por pessoas que estavam no percurso, através das janelas dos prédios. Na missa de sétimo dia, marcada para a Candelária, cerca de 30.000 mil pessoas se reuniram na Igreja e em frente a ela, mas mais uma vez, o regime mostrou que não estava para brincadeira. As pessoas que estavam no local foram perseguidas, agredidas e presas pela cavalaria. A situação só não se tornou pior, porque alguns padres que estavam no local se reuniram fizeram um grande cordão para proteger os estudantes e todas as pessoas que estavam ali presentes. No mês de junho de 1968, junto com outros setores da sociedade, organizou a "Passeata dos Cem Mil"³², que tinha o objetivo de responder a toda truculência imposta pelo regime. Essa talvez tenha sido a última manifestação popular em que os estudantes puderam estar presentes como organização, pois com o endurecimento do regime (Ato institucional nº 05) no mesmo ano, o movimento estudantil passou à ilegalidade, só voltando ao cenário nacional de forma organizada, quase uma década depois. Muitos dos estudantes desse período se juntaram no ano seguinte as guerrilhas, que se propunham enfrentar o regime de forma armada. Outros foram presos e ficaram desaparecidos.

³¹ Esse acordo propunha uma completa reforma universitária. A reforma seria realizada por uma comissão mistas e estabeleceriam um plano básico (diretrizes) para a política educacional, educação agrícola e a publicação de livros-texto. Essa reforma aproximaria o sistema universitário brasileiro do modelo universitário estadunidense. Ver Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1974-1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989, pp 223.

³² A idéia da passeata foi de diferentes grupos opositoristas, dando uma idéia de união contra o regime. A passeata levou esse nome porque cem mil foi o número de pessoas que participaram da passeata. A passeata começou pacífica, mas só permaneceu assim até a chegada da Polícia Militar. Ao chegar logo começaram a atacar aos manifestantes. Por sua vez, os manifestantes logo reagiram, se instalando um clima de guerra civil. Ver Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

Depois de quase uma década preso na "escuridão" forçada, o movimento estudantil começou a mostrar a sua cara. No ano de 1977, voltaram à ativa de forma organizada, se mobilizando para além de assuntos ligados aos estudantes. Suas primeiras participações no retorno foram em manifestações para a libertação de presos, liberdades democráticas e, também, da greve de professores da Universidade de São Paulo (USP). Esse retomo contou com a adesão de estudantes de vários estados do país, na demonstração de uma consciência classista maior do que se esperava, depois de tanto tempo de inatividade. Um traço importante dessa "nova geração" era a capacidade de atuar com a oposição legal, ou seja, não entrando em enfrentamento direto com o regime. Existia um acordo entre os estudantes de manter a moderação e se manter em certos momentos escondidos atrás de codinomes, para não despertar pressão por parte do regime. Isso ficou claro, na disputa pelo DCE da USP.

Nas manifestações que se seguiram observamos à participação de diferentes grupos de estudantes. Nesse período, os estudantes contavam com o apoio da imprensa, MDB e das mães de presos e desaparecidos políticos, numa demonstração clara, que o país estava sendo remexido. Vale ressaltar, que esse apoio era dado, mas existia um grande medo de que os estudantes radicalizassem a sua atuação junto ao regime. A radicalização não se concretizou por parte dos estudantes, embora tenham feito várias manifestações pedindo à libertação de presos políticos, sindicalistas e outros.

Pelo contrário, a ação veio por parte do regime. De um lado, a Polícia entrou na PUC-SP (1977) efetuando cerca de 1.700 prisões, mas o fato que mais nos chama a atenção é que os estudantes não reagiram e, além disso, saíram de mãos dadas mostrando que a desorganização fazia parte da realidade policial. Do outro lado, o Ministro da Educação, Ney Braga, aparecia na televisão para pedir "paz" aos estudantes, ao mesmo tempo, pediam secretamente aos governadores para que tomassem medidas preventivas contra as manifestações. Algumas atitudes foram tomadas, mas nada que pudesse conter ou abater o ânimo renovado desses estudantes, que faziam naquele momento, parte de um projeto maior que um Campus de Universidade.

A reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) se deu em 1979, com a realização do XXXI Congresso da UNE, em Salvador. Nesse congresso ficou estabelecido, que haveriam eleições diretas para a escolha da nova diretoria do movimento. As eleições foram realizadas em 1980, contando com a presença de cerca de 356.722 votantes

(estudantes) de todo país. Nessa eleição, o estudante Rui César foi eleito para a Presidência do movimento, devolvendo assim, após vinte e um anos de silêncio, o controle da UNE para os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Daí, em diante, houve uma sucessão de presidentes eleitos ligados ao PCdoB, inclusive o deputado Aldo Rebelo. Vale ressaltar, foi nesse processo de reconstrução, que foi eleita a primeira mulher para a presidência do movimento, a estudante baiana, Clara Araújo. Nesses anos, a UNE participou ativamente de várias mobilizações. As mais importantes foram a Campanhas Diretas Já (1984), depois em apoio à candidatura de Tancredo Neves e, em 1985, pelo retomo a legalidade da instituição, que foi conseguida através de decreto do mesmo ano, sancionado pelo então presidente, José Sarney (1985/1990). Observando todo esse processo, pelo qual passaram os estudantes, através de sua instituição a UNE, podemos entender como foi importante para a reconstrução democrática do país, a participação desse movimento, pois lançou bases sólidas em seu grupo, para uma mobilização constante nos debates, para a mudança estrutural do país.

2.3 – A importância da Igreja Católica na abertura

Uma outra fonte de renovação do espírito de luta no Brasil foi a Igreja Católica. Ao longo dos anos e, principalmente, se levarmos em conta o posicionamento de alguns intelectuais, veremos que esta instituição sempre será caracterizada como mais um dos mecanismos conservadores de manutenção do poder. Na verdade, todas essas pessoas têm razões para enxergá-la desta forma. Se observarmos a história desta instituição encontraremos casos, que justifiquem tal posicionamento, como na justificação do poder absoluto como representação na terra do poder de Deus, na perseguição dos ditos “infiéis” no período medieval, na dominação dos povos indígenas da América, na aproximação com Vargas durante o Estado Novo e, por fim, com o apoio dado aos militares, que realizaram o golpe militar. No entanto, aqui nesse pequeno espaço estaremos preocupados em relacionar essa instituição com ações de cunho progressistas e libertárias, no período militar.

Toda forma religiosa (pelo menos deveria ser assim) deve sempre procurar manter como parâmetro principal, o desejo de que todo ser consiga ser feliz e possua a liberdade, para realizar todas as suas capacidades. Em nossa história, a Igreja Católica exerceu esse papel em momentos importantes, por isso, é necessário olhar para essa atuação junto ao povo, de forma mais zelosa e com a importância devida. Nos anos que se seguiram ao início da ditadura, onde o maior medo havia sido controlado (os comunistas), os religiosos passaram a enxergar que os verdadeiros inimigos eram os seus antigos aliados, os militares. A partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional nº 05, o regime militar colocou definitivamente suas “mangas de fora”. Anteriormente, a maioria das ações eram realizadas contra organismos e indivíduos, que tinham uma história de luta contra o regime e com as aspirações socialistas. No entanto, com o AI-05 os militares passaram a atacar todos aqueles, que apresentassem risco à manutenção da ordem. Foi nesse momento, que a Igreja começou a ser atacada pelos militares. Isso, porque a Igreja passou a se posicionar contra as atrocidades cometidas pelos militares, que não eram poucas. Muitas foram as formas com que a Igreja Católica atuou durante o combate a ditadura militar. Talvez, as duas mais importantes sejam as dinâmicas realizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essas novas ações tinham como parâmetro as diretrizes vindas do Concílio Vaticano II. Este Concílio foi convocado pelo Papa João XXIII, tendo como maior preocupação realizar algumas reformas e aprofundamento litúrgico dentro da Igreja. Essa preocupação tinha haver com as rápidas mudanças, que vinham ocorrendo no mundo. Este Concílio não tinha o intuito de modificar os dogmas milenares da instituição, mas tentar adequar a linguagem religiosa aos homens daquele tempo. Neste contexto, é que estão inseridas as CEB's e a CNBB³³.

No final deste Concílio, todos aqueles que participaram dele saíram proclamando a seguinte mensagem: *Procuraremos apresentar aos homens de nosso tempo, íntegra e pura, a verdade de Deus de tal maneira que eles possam compreender e a ela espontaneamente assentir*³⁴. Sendo assim, podemos dizer que a principal perspectiva da Igreja era o de garantir em todos os lugares onde atua uma maior ligação com o povo, para acompanhá-lo na busca por uma maior espiritualidade e uma sociedade mais justa, tendo

³³ Para entender melhor esse contexto, vale a pena ler Scot Mainwaring. A Igreja Católica e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

³⁴ Alceu Amoroso Lima. As encíclicas de João XXIII. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963, pp. 61.

como parâmetros a vida e as palavras de Jesus Cristo. Castro ao falar desse novo papel da Igreja afirma que:

“ A Quaresma foi o grande mergulho de Jesus na contemplação do pai. Mas a grande parte dos três anos de sua vida pública ele passou em permanente ação. Ação junto aos pobres, os doentes, os aleijados, as prostitutas, os presos, os ladrões, o povo simples e humilde, por quem sempre teve uma clã “opção preferencial”, para usar a expressão redundante consagrada”³⁵

Voltar os olhos para a população mais pobre e aos perseguidos pelos militares foi um caminho, que se apresentou como primordial, para a aproximação dos religiosos com o povo (leigos). Na Encíclica *Mater et Magistra*³⁶ essa caminhada em direção ao povo está expressa de forma clara e objetiva: O fato da Igreja ser estabelecida no meio de um povo tem sempre conseqüências positivas no campo econômico e social, como provam a história e as experiências. *Os homens fazendo-se cristãos, não podem deixar de sentir a obrigação de melhorar as estruturas e as condições da ordem temporal, por respeito à dignidade humana e para se eliminarem ou reduzirem os obstáculos à difusão do bem e aumentarem incentivos e os convites que levam a ele*³⁷. As CEB's e a CNBB estão em completa consonância com esse processo, tendo papel preponderante no trabalho de formação e informação da população mais humilde.

³⁵ Marcos de Castro. *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, pp. 14.

³⁶ *Mater et Magistra* é uma Carta Encíclica do Papa João XXIII, de 15 de maio de 1961, sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã, no septuagésimo aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* e no terceiro ano de seu pontificado. Esta encíclica foi publicada no início da conturbada década de 1960, no contexto histórico de acirramento da “guerra fria”. Neste contexto os papas se viram obrigados a atualizar e a reafirmar o magistério da Igreja sobre as questões novas e antigas que ressurgiam com nova roupagem nos “anos 60”. Esta não foi a única encíclica que surgiu no período. Naquela década, apareceram as encíclicas sociais *Pacem in Terris*, a *Populorum Progressio* e a *Humanae Vitae*. Esta encíclica é considerada um marco importante da Doutrina Social da Igreja, pois atualizou as orientações das encíclicas sociais anteriores dando a resposta católica para os problemas da época e serviu de base para vários documentos pontifícios sobre as questões sociais que a sucederam e ainda hoje se mantém atual.

³⁷ Encíclica *Mater et Magistra*, parágrafo 178.

A Confederação dos Bispos do Brasil nasceu em 1952, depois de inúmeras lutas realizadas por alguns bispos do Brasil, que viam na união do alto clero, uma ótima oportunidade de conquistar avanços em alguns setores da sociedade. Esse trabalho prosseguiu durante a ditadura, quando efetivamente, os bispos entraram em “combate” com os militares. A união dos bispos é algo anterior à ditadura, pois encontramos em alguns de seus documentos anuais o interesse sobre os problemas vividos pelo povo. Neles temos a menção de palavras como fome, miséria, desempregos, massas trabalhadoras, entre outras. No entanto, quando ocorre o golpe militar ocorre um recuo nas atuações ativas da CNBB.

A partir de 1968, como já citamos anteriormente) e, sobretudo, em 1969, quando Dom Agnello Rossi (Arcebispo de São Paulo) se nega a realizar a Missa de sétimo dia do falecimento do até então presidente Costa e Silva houve uma revitalização das ações da CNBB e de outros organismos dentro da Igreja, basta lembrar da atuação dos frei dominicanos que ajudavam aos membros das guerrilhas à fugirem da perseguição militar³⁸. As iniciativas caminharam em diversos sentidos tanto aqui no país, quanto no exterior. Para citar uma das mais importantes, podemos colocar a Conferência realizada por Dom Hélder Câmara na França, onde denunciou as barbaridades cometidas pelo regime. O mais interessante foi que esta Conferência foi planejada para ser proferida a um número pequeno de pessoas que possuíam algum tipo de ligação com a Igreja. Porém, ela ganhou proporção grandiosa, tendo que ser transferida para o Palácio dos Esportes, que por sua vez, teve lotação máxima. Quase dez mil pessoas assistiram à palestra de Dom Hélder. O impacto desta Conferência foi grande dentro país e fora dele. Aqui estávamos vivendo o início do governo Médici, que intensificou a perseguição contra alguns membros da Igreja. No exterior, muitas notícias foram dadas sobre a Conferência, colocando Dom Hélder como um dos grandes membros da Igreja mundial, pois buscava o bem comum à todos os brasileiros. Castro cita a revista *Informations Catholiques Internationales*, informando que ela tratou a Conferência, da seguinte forma:

“ Esse homem miúdo, com forte sotaque estrangeiro e que só diz coisas simples, consegue hoje movimentar multidões na maioria dos países do mundo. È que, hoje como ontem, e

³⁸ Esse assunto é tratado de forma clara e muito objetiva por Frei Betto. *Batismo de Sangue. Os dominicanos e a morte de Mariguella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

como sempre, os homens admiram seus semelhantes que não hesitam em arriscar suas vidas para defender as idéias em crêem. Hoje como ontem, e como sempre, as testemunhas que não temem se sacrificar, se isso for necessário, para que seu testemunho seja ouvido, tornam-se dignas de respeito. Dom Hélder é um desses e o mundo inteiro começa a compreender isso”³⁹

O texto da revista fazia todo o sentido, inclusive, quando diz “arriscar suas vidas”. Desde o começo do regime, os militares não deixaram de perseguir todos aqueles, que se opunham ao seu comando. Os membros e grupos mais progressistas da Igreja também faziam parte dessa relação. Podemos citar a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Popular. Todos esses grupos foram desarticulados pelo regime. Até então, a maioria das ações militares ficavam “restritas” aos grupos de menor escalão da Igreja, já que na grande maioria eram formados por leigos. No entanto, quando os bispos tomaram um posicionamento mais firme, os militares não tiveram alternativa senão começar a tentativa de controle do alto escalão da Igreja e de todos aqueles, que mantivessem relações próximas com os bispos e arcebispos. Aqui, podemos citar vários nomes importantes da Igreja, que com o seu trabalho de oposição deixaram seus nomes gravados na história nacional. Dentre eles: Dom Hélder Câmara, Dom Adriano Hipólito, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Valdir Calheiros, Dom Mauro Morelli, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Augusto Álvaro da Silva, Dom Antônio Fragoso e muitos outros. Todos esses tiveram problemas com a ditadura, cada um em sua região e enfrentando realidades das mais diversas. Nesse momento da história e do texto, vale uma menção à todos os freis, padres e leigos, que não se abalaram e se mantiveram firmes na luta, ao lado dos bispos ou não, mesmo sendo alvo de perseguições, torturas e mortes.

Esse espírito participativo da Igreja era irradiado pelas paróquias, através da atuação das Comunidades Eclesiais de Base. A idéia dessas comunidades era levar ao povo de Deus (leigos) uma nova perspectiva de reflexão sobre a Bíblia e sobre o papel de cada indivíduo na sociedade. Foi com essa perspectiva, que as CEB’s se irradiaram por todo o país, realizando aquilo que havia sido firmado nos encontros de Puebla e Medellín, de

³⁹ Marcos de Castro. *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, pp. 29.

fazer uma opção clara pelos pobres. Nas comunidades, o ensino religioso era o motor principal, que impulsionava outras discussões sobre política, educação, economia, e tantos outros que faziam parte do cotidiano daquelas pessoas. Era um trabalho importantíssimo, pois tinha um caráter político e de construção de cidadania, já que propunha uma reflexão e ação na realidade. Desta forma havia alimento para os anseios de libertação, que avançavam a perspectiva religiosa, para chegar ao desejo de mudanças estruturais. Vale dizer que essa ligação com a realidade não interferia na vida de contemplação religiosa. Era apenas uma nova visão da religiosidade, que como diz Libânio:

“Atravessará a fé, as expressões dogmáticas, dando-lhes nova compreensão. Deixá-las-á intactas na ortodoxia, mas formulará novas interpretações. Deslocará a centralidade da moral sexual e familiar para o campo social. Ao introduzir o pobre na Igreja, produzirá mudanças profundas em sua organização. As estruturas paroquiais pesadas serão substituídas pelas ágeis comunidades de base”.⁴⁰

Dentro desses parâmetros de atuação, as CEB's apresentaram também, uma dinâmica particular, já que em cada localidade assumiam o debate sobre as necessidades específicas. Em muitos casos, as CEB's tiveram participação preponderante na criação ou reafirmação de muitos movimentos fora da Igreja. Um exemplo claro disso são as próprias organizações de moradores de bairros e favelas, pois funcionavam como uma espécie de “porto-seguro”, para qualquer tipo de informação necessária e parcerias. Não obstante, tanto FAFERJ quanto FAMERJ tiveram a colaboração das comunidades não só com idéias, mas com lideranças que haviam sido formadas nas comunidades eclesiais de base. Por fim, podemos dizer que as duas organizações da Igreja realizaram um trabalho importante no combate a ditadura, no enfrentamento, na formação de novas lideranças e como um dos pilares na construção de uma consciência crítica das populações mais pobres da sociedade. Sendo propagadora de um novo jeito de ser Igreja e ser cidadão.

⁴⁰ João Batista Libânio. *Cenários da Igreja*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1999, pp. 91.

2.4 - A CRIAÇÃO DE NOVOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO (FAFERJ E FAMERJ)

Com o surgimento das grandes metrópoles, houve uma proliferação das contradições sociais e políticas (exclusão) no país. Tal alargamento das diferenças surge do período que data o início da industrialização, pois houve um forte impulso para a concentração populacional nesses grandes centros. Um impulso baseado no sonho de ser feliz da população e, também, por parte dos empresários que necessitavam de um exército de mão-de-obra considerável. Mas o sonho virou pesadelo, quando o Estado não criou meios adequados dos serviços coletivos básicos para essa crescente população. A evolução do número da população se dá na década de 1960, quando grande parte da população do campo migra para as grandes cidades, já que com a mecanização do campo, o índice de desemprego havia crescido de forma desesperadora, causando esse êxodo rural em direção às cidades.

Nesse momento, com o inchaço das grandes cidades vão surgir as primeiras associações de moradores e amigos do bairro, que estiveram durante a sua gênese, ligadas aos políticos mais próximos do povo, que buscavam atender as demandas dessas populações. Esse contato não se dava em uma via única, onde os políticos podiam manipular os desejos, mas de uma forma que o povo tivesse voz, mostrando assim, a não alienação do povo no contato com os políticos. Com a mudança ocorrida depois do golpe de 1964, essas reivindicações coletivas deram espaço a uma função meramente associativa, perdendo assim, seu caráter reivindicativo e decisório. A partir de então e até o processo de abertura política do regime, quem vai ter um papel bastante importante na formação política dos cidadãos formadores desses grupos, são as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Tais comunidades se implantavam, principalmente, nos locais mais humildes, onde a necessidade humana era maior, nascendo por sua vez, da experiência diária de cada localidade. O seu serviço era baseado na religião, mas estabelecendo um contato desses assuntos com a realidade de cada local e, por conseqüência, dos moradores. Para isso, faziam leituras sobre os evangelhos, organizavam trabalhos comunitários com a

participação de todos os membros, com o intuito de traçar uma maior proximidade e um sentido de coletividade, o que daria força à cada localidade devido a importância dada ao trabalho de cada um. Além disso, debatiam sobre os problemas políticos daquele período ditatorial, em assuntos como economia, perseguições, violência, entre outros. Em 1975, o número de comunidades eclesiais estabelecidas no território nacional chegavam ao número de cinquenta mil comunidades. Seu método de abordagem era baseado na tríade: ver, julgar e agir, fazendo com que cada grupo não ficasse parado apenas em reflexões teóricas, mas que a partir do conhecimento pudessem estabelecer um meio de transformação social em cada local⁴¹.

No final da década de 1970, após contar com a força das CEB's e com o processo de distensão, onde o regime estava mais preocupado em dialogar e conter o ímpeto de organismos como a OAB, ABI e a CNBB, as associações de moradores, de amigos de bairro, de favelas vão retomar as suas organizações. Esses organismos de base seculares se mantiveram em sua organização, administração e financiamento, independentes do Estado, fazendo desse mesmo Estado, o seu alvo principal para o diálogo e reivindicação. Foi nesse momento, que no Rio de Janeiro onde a cada semana uma nova entidade surgia, foram criadas a FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) e a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro). As federações foram criadas com o intuito de servirem como catalisadoras dos anseios das associações para fortalecerem o processo de reivindicações, pois serviam como um canal e interlocução desses moradores em relação ao Estado de uma forma mais contundente. Entretanto, as federações não podiam intervir nas decisões locais de cada associação, sendo assim, muitas vezes, as associações mantiveram um contato muito próximo com políticos e com o Estado. Vale ressaltar, que esses movimentos populares urbanos têm como opositor principal o Estado, pois no entendimento dessas entidades são os principais causadores da desigualdade social e pela exploração da classe trabalhadora. Embora seja com esse mesmo Estado que as discussões serão realizadas. E vai ser a partir dessa interação, que as comunidades vão buscar e conseguir algumas melhorias.

"As associações de moradores e favelados mobilizam a população para atividades de pressão política. Sua rápida

⁴¹ Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989, pp. 232.

expansão, assim como suas exigências cada vez mais agressivas de participação social, política e econômica nas decisões governamentais (a nível local, estadual e federal), derivam diretamente da enorme disparidade na distribuição de renda e da alta taxa de exploração da população da classe trabalhadora que se concentra nas zonas de pobreza das periferias urbanas”⁴²

Essas associações representantes da base conseguiam uma boa articulação entre elas, em níveis municipal, estadual e federal, tentando construir uma rede de participação ativa no país. Este trabalho em conjunto propiciou um diálogo junto ao Estado, entre outras coisas, a realização em 1979, do último programa de habitação popular do governo militar, que foi o PROMORAR (Programa de erradicação da Sub-Habitação). O PROMORAR baseava as suas ações na preservação do acervo local popular, com prioridade ao saneamento básico, erradicação das palafitas⁴³ e transferência do título de propriedade os moradores. Neste ano, no Rio de Janeiro, realizou-se o cadastro das favelas da cidade, contando com o apoio da FAFERJ e, além disso, foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com a missão de realizar serviços assistenciais nas favelas⁴⁴.

Essa preocupação por parte do Estado aconteceu porque nessas localidades crescia rapidamente o número de loteamentos clandestinos, o que movimentava o ritmo do crescimento urbano, sem que o Estado estivesse no controle, podendo se tomar um verdadeiro barril de pólvora. Além desse detalhe, o valor dos terrenos nos centros urbanos aumentava cada vez mais, o que causava um prejuízo ao Estado, que junto com a grande influência das empresas imobiliárias na condução das políticas de habitação do país fez com que se buscasse uma maior atuação junto à essas populações. Por outro lado, o Banco Nacional de Habitação (BNH), não se tomou capaz de manter ou dar continuidade na

⁴² Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Rio de Janeiro: Vozes, 1989, pp. 227.

⁴³ As palafitas são habitações populares de madeiras sob estacas que ficavam geralmente sobre rios e canais, para evitar inundações.

⁴⁴ Cabe lembrar, que o trabalho não era realizado apenas com a ajuda do Estado, na maioria das vezes, as melhorias eram realizadas através de mutirões propostos pelos próprios moradores. Os mutirões ocorriam pelos mais diversos motivos, muitos desses mutirões se realizavam para a ampliação e construção de casas, para acolher os novos moradores, já que a população nos bairros mais pobres não parava de crescer. Geralmente, esses recém chegados vinham se encontrar com parentes e amigos, na busca de uma vida melhor.

assistência à essas populações. Logo, os recursos do BNH passaram a ser destinados para uma outra classe social, a classe média. Isso se deu, porque segundo os dados, o nível de inadimplência dos grupos de baixa renda com o BNH pela compra de casa era muito grande. Assim, desde então, não se produziu um novo plano de habitação para as populações mais pobres.

" Os fracassos sucessivos dos investimentos do BNH em habitação popular, o baixo poder aquisitivo da maior parte da população em contraposição à formação de uma classe média mais afluyente, beneficiada pela concentração da renda nos estratos mais privilegiados da sociedade (15%), a necessidade de buscar clientes de responder aos juros e a correção monetária dos financiamentos do BNH, o interesse da indústria da construção (subsetor edificações e subsetor construção pesada), a política financeira e a política nacional de grandes projetos levam o BNH a se afastar dos investimentos destinados à habitação popular⁴⁵

Das ações realizadas pela FAMERJ, a mais conhecida e que ganhou mais projeção foi a campanha "Aliança pela Vida" em 1981. Essa campanha era composta por uma cartilha, que tinha a função de informar e fazer os moradores de cada localidade perceberem e denunciarem a violência realizada pelas agressões policíacas e dos bandidos. Essa ação visava transformar cada associação em um comitê de defesa pela vida, tentando acabar com esse mal, pois naquele momento alguns casos de violência contra os moradores e membros das associações passaram a ser denunciados de forma mais sistemática. Com essa ação pensavam atingir o maior número de pessoas, através da grande adesão por parte das associações filiadas.

“ Esses movimentos têm tendência para ganhar força à medida que a tensão do conflito entre os requisitos normativos para a inclusão e as limitações factuais que lhe são impostas se traduzem em pressões para agir. Os movimentos, porém não só

⁴⁵ Ermíria Maricato. *Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 82.

exprimem tensão neste sentido, mas também “agitam mais as coisas”. Assim, as suas conseqüências são por vezes relativamente imprevisíveis”⁴⁶

Além da participação, é imperativo indicar a democracia interna que havia nesses organismos. Isso era importante para que o poder não ficasse concentrado nas mãos de alguns membros, entendendo que dentro dessas associações existiam várias correntes de pensamento e de participação, sendo ligadas aos partidos políticos e à igreja, por exemplo. Essas ações mais amplas, tais organismos representativos puderam contar com a atuação das associações de moradores instaladas na Maré, pois entendiam que um trabalho unificado poderia ajudar no combate as injustiças. Nessa própria campanha, as associações da Maré foram importantíssimas, pois colocaram a campanha em questão para os moradores, fazendo com que a Maré fosse o local onde o número de denúncias estivesse entre os mais altos da cidade⁴⁷.

“ O local de moradia das classes trabalhadoras por muitas décadas tem aparecido enquanto espaço de luta política. Seja como resposta ao atrelamento entre proprietários dos meios de produção com os de reprodução, seja para formação de bases partidárias, seja para legitimar os poderes públicos locais, ou bairros populares viveram uma constância de lutas e mobilizações, de objetos e sujeitos referentes à melhoria e transformação de suas condições de vida”⁴⁸

As lutas encampadas por essas associações têm muito haver com a trajetória de vida dos seus membros. Muitos deles trazem consigo um sentido de luta dos seus locais de origem, pois travavam verdadeiras batalhas contra a fome, desemprego, terra, falta de habitação e os bens básicos para a sobrevivência. Quando chegam, se deparam, muitas vezes, com as mesmas dificuldades encontradas em suas terras, dificultando a sua permanência nos grandes centros, já que não se depararam com o sonho, mas com um

⁴⁶ J. M. Barbalet. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 153.

⁴⁷ Fonte: Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. Documento do Arquivo de Práticas Institucionais do Estado.

⁴⁸ Ermíria Maricato. *Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 18.

pesadelo urbano, que não estavam acostumados a enfrentar. Por outro lado, não podem voltar por terem vendido o pouco que lhes pertencia para o financiamento da viagem, assim, a luta pela aquisição de direitos se fez urgente pelas necessidades imediatas e, com o passar do tempo pelo sentimento de identidade com o local de chegada por representar a única possibilidade de sobrevivência.

Todas as lutas travadas pelos movimentos, que surgiram no período de abertura política representaram importantes canais de reconhecimento, por parte dos cidadãos deste país. A importância está no fato de burlar as imposições das forças hegemônicas (Estado e Burguesia), que a todo instante tentava impor limitações à atuação, até por entender o tamanho da dificuldade, ou melhor, a impossibilidade de viver em um país republicano, que não garantisse aos seus cidadãos, as mínimas condições de vida. Desta forma, os movimentos fugiram das mesmice e alienação, que nos é forçada à todo instante. Os cidadãos a cada dia têm se preocupado cada vez mais, com resolução das suas necessidades mais imediatas. Esse processo de presentificação é explicitado por Torres (2004) que diz o seguinte:

“ Vivemos uma conjuntura em que a experiência positiva da proximidade é confrontada com a urbanização dispersa, a gentrificação, a guetificação, a segregação espacial, os preconceitos e os extermínios”⁴⁹

Dentro dessa perspectiva e tendo papel preponderante é que as Associações de Moradores estão inseridos nesse processo, já que realizaram inúmeras ações de contestação ao regime e a desigualdade social tão latente na sociedade. Chegando ao final desse capítulo, podemos responder a pergunta feita nas páginas passadas. Sim, existe cidadania no Brasil e que ela foi construída a partir da luta dos cidadãos, que não se acomodaram diante das péssimas condições aos quais estavam sendo impostos. Junto dessa resposta é necessário ressaltar, que as lutas devem ter continuidade, pois a desigualdade social continua e parece a cada momento aumentar, mesmo com as inúmeras iniciativas do governo em diminuí-las.

⁴⁹ Ana Clara Torres – Metrôpoles e Presentificação: imaginário necessário. In. Metrôpole: governo, sociedade e território, pp. 23.

CAPÍTULO 3: OS ESPAÇOS POPULARES TÊM VOZ: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA MARÉ.

Eu sou Favela

Em defesa de todas as favelas do meu Brasil,
aqui fala o seu embaixador"
A favela, nunca foi reduto de marginal
A favela, nunca foi reduto de marginal
Ela só tem gente humilde Marginalizada
e essa verdade não sai no jornal
A favela é, um problema social
A favela é, um problema social
Sim mas eu sou favela
Posso falar de cadeira
Minha gente é trabalhadeira
Nunca teve assistência social
Ela só vive lá
Porque para o pobre, não tem outro jeito
Apenas só tem o direito
A um salário de fome e uma vida normal.
A favela é, um problema social
A favela é, um problema social

Bezerra da Silva – 1995.

3.1-A PROLIFERAÇÃO DAS FAVELAS

Desde o início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por grandes transformações. Tais transformações passavam pela arquitetura, no formato da cidade, no pensamento e, com isso, no cotidiano dos seus cidadãos. Essas transformações foram tão importantes, que até hoje são lembradas e vistas, já que a discussão do presente passa pelo reconhecimento e entendimento dessas transformações. Uma das principais mudanças pela qual a cidade passou foi à expansão ou expulsão da população para diversas áreas do município, já que até aquele momento havia uma grande concentração no centro da cidade e, este mesmo centro, não poderia acolher a essa população, pois ela e os seus locais de moradia não cumpriam aos preceitos modernizantes dos governantes do município. Foi nesse momento que o subúrbio da cidade cresceu, acolhendo os cidadãos expulsos ou convidados a se retirarem do centro. Essa expansão tem outro fator considerável, que é o da ampliação dos meios de transporte para essas localidades. É nesse momento, que as

favelas vão começar a se proliferar, pois ao afastar do centro essa população, o Estado não foi capaz de criar meios básicos para atender aos seus cidadãos.

Nas décadas seguintes, entre 1940 e 1950, esse processo de ocupação de áreas fora do centro continuou. O recenseamento realizado em 1948 revelou que já existiam cerca de 105 favelas no Rio de Janeiro, contando com um total de cerca de 138.837 moradores⁵⁰. Como as favelas passaram a ser notadas e reconhecidas pelos poderes públicos, elas se tomaram parte dos planos oficiais das discussões sobre a cidade, mesmo que, continuassem a ser tratadas como um problema para ser erradicado, como demonstra a caracterização que o Censo de 1950 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz sobre essas favelas:

" São agrupamentos prediais ou residenciais, formados com unidades de número superior a 50 casas, agrupamentos de casebres rústicos, construídos com chapa de zinco e tábuas, construções sem licenciamento e sem fiscalização em terrenos de terceiros, ausência de melhoramentos de rede sanitária, luz, água encanada e telefone, área não urbanizada, com falta de armamento, numeração e emplacamento”⁵¹

As primeiras ocupações na região da Maré ocorreram nas décadas de 1940 e 1950. Junto á todos os fatores já citados, três outros colaboraram de forma interligada para a chegada e a permanência dessa população na região: a construção da Avenida Brasil e da Cidade Universitária e a concentração de indústrias na região da Leopoldina. A idéia de se construir uma avenida, que fosse capaz de ligar o centro da cidade com o crescente subúrbio era antiga. Já em 1916, o então prefeito Rivadavia Corrêa aprovou um projeto de construção da Avenida Merity, com a extensão de 15.500 metros. Porém, somente na década de 1940, que o projeto de construção de uma via principal, foi retomado e realizado, durante o governo de Henrique Dodsworth. Para a construção dessa avenida foi necessário destruir algumas ruas, novos aterramentos e a canalização de diversos rios e canais da região. A inauguração da "Variante Rio-Petrópolis", atual Avenida Brasil é de 1946. A partir de então, a Avenida Brasil passou a ser a principal via de ligação entre os moradores destas áreas, não só com o centro da cidade, mas, com a Baixada Fluminense, que passa a Ter notável expansão na década de 1950 e, posteriormente, com outros

⁵⁰ Dados do acervo informatizado da Prefeitura do Rio de Janeiro. Acesso HTTP:// www.rio.rj.gov.br

⁵¹ Censo de 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal

Estados.

Na região que hoje conhecemos como Maré existiam várias ilhas, que formavam um arquipélago do início do Caju ao Canal do Galeão. Essas ilhas serviam como hospital para leprosos, para o abrigo de irmãs religiosas, com depósito de lixo entre outras coisas. Dentre essas ilhas estava a do Fundão, que nos fins de semana, era responsável pelo acolhimento de visitantes, por ter uma belíssima paisagem. Em 1937, o Presidente Getúlio Vargas decide construir uma cidade universitária, para concentrar em um único lugar as unidades da Universidade do Brasil (atual UFRJ), que estavam dispersas. A partir desta data, algumas comissões foram criadas para discutirem o planejamento do projeto de construção, mas, devido a um grande impasse, sobre o local que receberia a universidade, o projeto acabou sendo arquivado. Só em 1944 é que o projeto foi retomado. Decidiu-se então, que a Cidade Universitária seria construída na região onde ficavam as ilhas, propondo assim, o aterramento de algumas delas (dentre elas estava a do Fundão, por isso, que muitos chamam a cidade universitária de Fundão). A construção durou cerca de cinco anos, ficando pronta somente em 1949, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. É nesse momento, que as grandes indústrias começaram a se instalar na região, sendo a mais conhecida a Refinaria de Maguinhos.

A chegada da Avenida Brasil, da Cidade Universitária e a concentração de indústrias, portanto, foi de suma importância para a ocupação da região, pois proporcionou que os trabalhadores destes projetos pudessem se instalar na região, por causa da proximidade. A partir desse momento foram surgindo novas comunidades na região da Maré, sobretudo, a Avenida Brasil, por representar a ligação entre os moradores e seus locais de trabalho.

3.2 - A FORMAÇÃO DO BAIRRO MARÉ

O início da ocupação da Maré começa nos anos 40, com o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro. Nesse momento, a cidade absorveu um enorme contingente de migrantes nordestinos, em busca de uma nova vida. Como esses migrantes chegavam à

cidade sem ter condições de adquirirem imóveis em regiões onde a especulação imobiliária já existia, passaram a se acomodar em lugares mais distantes do centro, principalmente, em áreas de encostas e alagadas. Foi nesse momento, que esses grupos pobres da população vão se alocar na região da Maré, construindo os seus primeiros barracos. A partir de então, houve uma ocupação cada vez maior, primordialmente, nas décadas de 1950 e 1960. Seguindo uma cronologia, podemos observar o surgimento das seguintes comunidades: na década de 1940 - Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Morro do Timbau, Parque Maré; na década de 1950 - Parque União, Roquete Pinto e Rubens Vaz; na década de 1960 - Nova Holanda e Praia de Ramos. Cabe lembrar, que essas primeiras ocupações, com exceção de Nova Holanda e Praia de Ramos, foram realizadas sem a intervenção do Estado. Nas décadas de 1980 e 1990, foram organizadas pelo Estado. Na década de 1980, através do Governo Federal - Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do João e Vila Pinheiro; na Década de 1990, através do Governo Municipal - Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue). Além disso, foi nessa década, mais exatamente em 1993, durante a gestão do Prefeito César Maia, que a Maré teve seu nome institucionalizado, através da criação da 30ª Região Administrativa.

3.3 O NASCIMENTO DAS PRIMEIRAS COMUNIDADES (1940, 1950 E 1960)

O Morro do Timbau é a comunidade mais antiga, sua ocupação nos leva até a década de 40, com a chegada ao local de sua primeira moradora, Dona Orosina Vieira. Sua chegada aqui, se deu após conhecer o local durante um passeio de final de semana. Ela escolheu o morro, porque era um local seguro contra possíveis alagamentos. A partir desse exemplo, outras pessoas começaram a ocupar a região, como uma espécie de irradiação. A Baixa do Sapateiro foi criada em seguida, nas bases do morro e, seguindo o processo, o Parque Maré, que teve seus primeiros barracos sendo construídos dentro dos mangues existentes na região. Depois dessas comunidades, outras foram sendo criadas com ajuda desses primeiros moradores, pois se precisava de uma certa experiência com o local.

Nessas novas comunidades, os moradores tinham que construir o seu chão, já que toda a região era alagada. Essa necessidade de criar o próprio chão, levou os moradores a criar uma aliança muito rápida, pois estava clara, a impossibilidade realizar melhorias

individualmente. Desta forma, os moradores só poderiam contar uns com os outros. Essa solidariedade é relatada pelos mais antigos moradores. Ao conversar com alguns deles, tal perspectiva ficou bem latente. Talvez, os sentimentos que impulsionavam a solidariedade fossem ao mesmo tempo de amor e o de angústia. O amor porque ao enxergar uns nos outros uma história de dificuldade e luta. Por outro lado, o de angústia, pois a Maré se apresentava naquele momento, como a única possibilidade de moradia para eles. Esse misto de sentimentos ficou representado na entrevista realizada com Dona Antônia, que mora na Maré, desde a década de 50. Ela relata o seguinte:

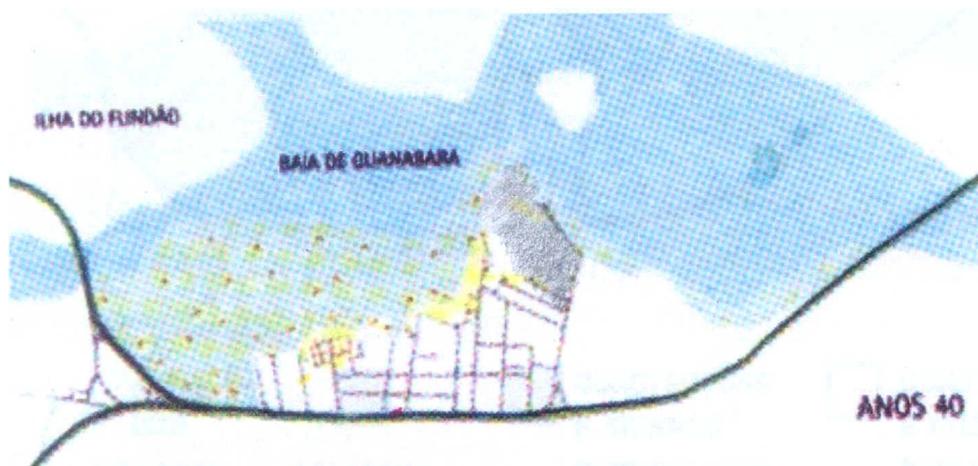
“ Olha menino, desde o começo, nós nos juntamos pra fazer as coisas. Aqui, tinha muitos problemas e, a única solução era a gente ajudar um ao outro. Quantas vezes eu fui socorrer Dona Zefinha, que não tinha o que comer e muita gente me acudiu também, porque aqui todo mundo tinha necessidade”⁵²

O mais interessante é que esse argumento não fica restrito a Dona Antônia. Em outra conversa com o Sr. Francisco encontramos traços dessas relações. Acompanhe a passagem, onde essa perspectiva fica evidente:

“ Nós aqui sempre fomos muito unidos. Quando um precisava, os outros iam ajudar. Uma vez, a casa do Raimundo tava tombando a parte de trás na Maré e nós fomos lá e colocamos umas estacas mais firmes para melhorar. Aqui, em baixo, sempre foi tudo mais difícil. Agora tá tudo mais fácil, tem até lugar pras crianças jogar bola, mercadinho e outras coisas”⁵³

⁵² Entrevista concedida por Dona Antônia Pereira da Silva ao autor em setembro de 2008.

⁵³ Entrevista concedida pelo Senhor Francisco Motta de Araújo ao autor em agosto de 2008.

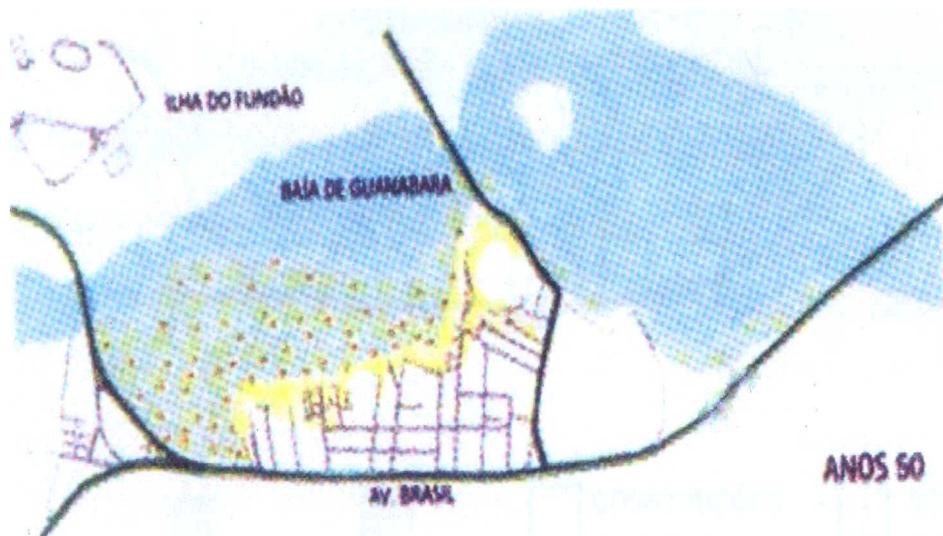


Seguindo o processo de ocupação da Maré, observamos o nascimento de algumas comunidades na década de 50, até o momento, somente ações particulares, ou seja, sem intervenção do Estado, marcam o processo. O Parque Rubens Vaz apareceu em 1951, em um areal que ficou após a drenagem de um canal na proximidade. Nessa comunidade, as pessoas que iam chegando eram orientadas para construir as suas casas longe da Avenida Brasil. Essa comunidade, se ampliou muito no final dessa década, tendo seu nome sido consignado na década de 1960, como uma homenagem ao Major Rubens Vaz, assassinado no atentado da Rua Toneleiros⁵⁴. A origem da comunidade do Parque União foi mais planejada, pois como não havia mais espaço no Parque Rubens Vaz, se organizou a ocupação do outro lado do Canal da Portuária. Nessa ocupação, um advogado chamado Margarino Torres teve muita importância, já que foi responsável pela venda dos loteamentos do local⁵⁵. Essa organização era facilitada, porque existia naquela região, uma ordem espacial definida pela Avenida Brasil e pelas ruas do local. Vale lembrar, que o dinheiro recebido era gasto na realização de melhorias do local e todas as obras tinham uma prestação de contas⁵⁶.

⁵⁴ Foi um atentado atribuído ao Presidente Getúlio Vargas e executado por um de seus assessores, com o objetivo de matar ou dar um susto no jornalista Carlos Lacerda, feroz opositor do governo.

⁵⁵ Aqui cabe uma informação. Toda a região da Maré era área de propriedade militar, por isso, os moradores criaram diferentes estratégias para se manter na localidade. O Sr. Margarino Torres acabou funcionando como o organizador daquela comunidade que surgia, por causa de sua liderança e capacidade de lidar com as instituições do Estado.

⁵⁶ A parte da Maré até então relatada são as ocupações que vão da Baixa do Sapateiro até o Parque Maré. Essas comunidades foram as que mais tiveram dificuldades, para se estabelecer, devido a formação do lugar. Tal área era totalmente alagada e os moradores tiveram que criar alternativas de sobrevivência, para se manter naquele local. A intenção aqui, não é conhecer a comunidade, que enfrentou mais problemas e que a Maré é um local dos sonhos, no que diz respeito, a união. Pelo contrário, é mostrar que as dificuldades eram



Seguindo o processo de ocupação da Maré temos a partir da década de 60, com a fundação das comunidades de Nova Holanda e Praia de Ramos uma clara intervenção do Estado. Essa intervenção foi realizada em outras áreas, ou seja, ao removerem os moradores de algumas favelas de lugares nobres, para essas áreas nos chamados Centros de Habitações Provisórias (CHP'S). Elas foram projetadas para receber os moradores da Favela do Esqueleto (local onde fica a UERJ), da Praia do Pinto, Morro do Querosene e de desabrigados das casas na beira do Rio Faria Timbó. Os CHP'S foram criados com um caráter transitório, mas, o futuro foi o da permanência das pessoas nessas localidades. Na verdade, esse remanejamento populacional estava ligado a uma política do Estado, que ao perceber que não havia mais a possibilidade de barrar a formação de novas favelas, procurou adequar as novas ocupações à possibilidade de atender aos interesses do capital (especulação imobiliária e mercado de trabalho). Lima em seu livro “Processo de Urbanização e política urbana” ressalta esse processo, da seguinte forma:

“ A política urbana articula o conjunto de instrumentos jurídicos, financeiros e ideológicos através dos quais o Estado Nacional e/ou regional – organiza socialmente a força de trabalho e do capital em uma determinada região”⁵⁷

muitas e foram encontradas em todas as regiões da Maré, como veremos a diante. No entanto, ressaltar o sentido coletivo e a busca contínua por bem-estar.

⁵⁷ Sérgio de Souza Lima. *Processo de Urbanização e Política Urbana*: Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

As comunidades que foram estabelecidas como CHP's continuaram existindo, mesmo após o período pré-determinado. Além disso, se tornaram ao longo dos anos duas das maiores comunidades da Maré. É muito interessante conversar com os moradores mais antigos dessas duas comunidades, pois encontramos pessoas que trazem histórias familiares de luta (o que atesta esse traço marcante da população mareense) e como eles ainda guardam fortes lembranças dos antigos locais de moradia. Em um bate papo informal, com amigos em um bar da Nova Holanda fui apresentado ao Sr. Pedro, que é um dos primeiros moradores desta comunidade. Durante alguns minutos, pude entender como as pessoas ao longo da vida vão construindo novos laços identitários, porém, mantêm uma forte afetividade com antigos espaços, pessoas, entre outros aspectos. Esses laços ficam na memória de cada indivíduo e aparecem quando ocorre um simples estímulo⁵⁸. Foi isso, que ocorreu, durante a nossa breve conversa. Ao perguntar sobre os seus sentimentos, em relação às duas comunidades que viveram (Favela do Esqueleto e Nova Holanda), acabei me surpreendendo com a resposta, já que o Sr. Pedro ainda fala da Favela do Esqueleto como o local que lhe garante uma identidade, sobreposta a de Nova Holanda.

“ Meu querido. Eu remontei a minha vida aqui, meus filhos cresceram aqui e tenho até neto e se Deus permitir vou ver até meus bisnetos. Mas, não adianta, meu coração é lá do Esqueleto. Quando tiraram a gente de lá, foi um dos dias mais tristes da minha vida, porque tudo meu era lá. Às vezes, eu fico pensando nos meus tempos de lá, das brincadeiras com meus irmãos, amigos, minha mãe gritando a gente”⁵⁹

Foi desta forma, que as primeiras comunidades surgiram. Com gente de tudo que era canto da cidade e até de outros Estados, com os mais diferentes interesses e estratégias, para conseguir permanecer na região da Maré.

⁵⁸ Michael Pollack. Revista Estudos Históricos. *Memória e Identidade Social.*, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, pp. 200-212

⁵⁹ A conversa com o Sr. Pedro de Almeida Souza aconteceu em maio de 2008, em um bar de Nova Holanda.

3.4 - AS LUTAS DE RESISTÊNCIA E A FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES.

O crescimento das favelas no Rio de Janeiro foi algo incontrollável nesse período. Na região da Maré não foi diferente. Como já foi mencionada, a ocupação se deu de forma sucessiva e rápida. Em decorrência disso, as condições de vida não eram as mais adequadas. O Estado, por sua vez, estava mais disposto a criar mecanismos de assistência e controle (Leão XIII e Guarda Municipal), do que preparar uma política habitacional mais responsável.

Os problemas na região da Maré eram diversos: luz, esgoto, água, enchentes, animais perigosos e a eminente possibilidade de remoção. Nesse sentido, os processos de luta por melhorias e resistência se faziam cada vez mais necessárias. Vale dizer, que justamente essa característica de resistência, também foi um dos fatores para a ocupação contínua nas áreas da Maré. A palavra resistência poderia ser tratada neste trabalho apenas como uma simples palavra. No entanto, refiro-me a resistência como um conceito que, por si só, pode nos lembrar o conceito utilizado por Antônio Negri de multidão⁶⁰. Segundo Negri, as forças hegemônicas que fazem parte do que ele denomina de Império⁶¹, comandam os Estados Nacionais (Estado) para tentar homogeneizar a sociedade através do discurso (cria-se um sentimento de coesão social, fazendo com que a população não perceba o processo de dominação, como se fosse algo naturalizado, um hábito) ou da punição sobre aqueles que tentam interferir na ordem social. Desta forma, uma ação contra hegemônica da multidão teria que ter uma característica especial, a de buscar ampliar o debate público sobre as questões sociais e ressaltar aspectos sócio-culturais, para que se possa construir uma nova consciência popular. É de extrema importância, criar um ambiente de análise estrutural, que leve o povo a enxergar o jogo entre opressores e oprimidos. Desta forma, a resistência aqui relatada procura reforçar essa capacidade da população mareense de transpor as dificuldades.

⁶⁰ Antonio Negri e Michael Hardt. *Multidão - Guerra e Democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁶¹ Antonio Negri e Michael Hardt. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Muitas foram as iniciativas promovidas pelos moradores para se manter na região da Maré. Uma das primeiras iniciativas foi o aterramento do local, que contou com mutirões organizados pelos moradores, com a utilização de materiais como carvão, serragem, restos de tábuas, restos de demolições que os moradores traziam do trabalho e, no final, caminhões de areia. Esse processo se dava em conjunto, para que a quantidade aterrada fosse maior e conseguisse conter a força da maré, que vinha forte durante a cheia. A questão da maré alta foi um dos grandes temores da população, pois além de acabar com o pouco que tinham, ainda traziam o risco de doenças e de animais perigosos, como cobras. Uma outra forma de resistência foi à maneira como os moradores iam melhorando as suas moradias. No início da ocupação, as casas eram construídas com madeiras, mas com os riscos já citados, os moradores passaram a construir as suas casas com tijolos e cimento (alvenaria). Esse projeto teve que ser realizado às escondidas, já que órgãos do governo não permitiam esse tipo de construção. Esse processo, Vieira descreve da seguinte forma:

“ Os moradores iam construindo suas casas de alvenaria, por dentro das casas já prontas de madeira. Eles só retiravam as madeiras após a construção completa da nova casa, portanto, as madeiras que no primeiro momento serviam como teto, passaram a servir como escudo”⁶²

Maricato nos dá uma noção clara da dificuldade encontrada pela população de baixa renda, no processo de aquisição de suas casas. Afirma que a proliferação das habitações irregulares nas cidades brasileiras tem haver com a negligência do Estado, pois o mesmo era incapaz de garantir tal direito. Essa incapacidade ainda hoje está presente no cotidiano dos cidadãos com uma renda mais baixa, que não conseguem créditos para a construção de suas casas ou financiamento para a compra.

“A ilegalidade das ocupações de terra, a irregularidade de loteamentos e construções chegaram a índices tão altos nas cidades brasileiras (à exceção de Brasília) que superam na maior parte dos casos, em muito, as ocupações regulares. Se o Estado faz “vistas grossas” a esse universo de clandestinidade, é porque

⁶² Antônio Carlos P. Vieira. *História da Maré*. Rio de Janeiro, 1999, pp. 25.

é a forma que encontra de oferecer um válvula de escape para as necessidades objetivas e concretas que a massa de trabalhadores urbanos, e a massa pobre, desempregada, recém-chegada do campo, tem de habitação. É uma forma ainda de viabilizar o corte entre a provisão capitalista de habitações e a não capitalista, assegurando para a primeira os recursos financeiros disponíveis. É uma forma ainda, também, de viabilizar a reprodução barata, da força de trabalho”⁶³

Nesse momento, os moradores não contavam com uma infra-estrutura adequada para a sua moradia. Os serviços de água, esgoto e luz eram conseguidos através do esforço pessoal dos moradores, que criaram ao longo do tempo, alternativas para conseguirem esses bens. Em relação à água, os moradores iam buscá-la do outro lado da Avenida Brasil, desenvolvendo para isso, um mecanismo chamado "rola-rola"⁶⁴. A canalização do esgoto, também realizada pelos moradores, tinha o propósito de aproveitar as galerias já existentes na região, para o despejo dos dejetos das comunidades. No início, o meio mais comum para se conseguir luz eram os "gatos". Devido à luta de alguns moradores junto à LIGHT, a região recebeu o direito de instalar alguns distribuidores e medidores de luz (em algumas casas), para que a mesma fosse vendida ao restante dos moradores. As primeiras comunidades da Maré, sempre carregaram consigo no seu pensamento a possibilidade de remoção. Primeiro, porque muitos vieram morar nesta região, através de remoções de outras localidades e, em segundo lugar, porque a remoção dos moradores desta região foi sempre pensado pelo Estado. Durante toda a ocupação até a construção dos CHP'S, os moradores sempre sofreram com ataques policiais e notícias de jornais, avisando que aqueles moradores poderiam ser retirados a qualquer momento daquele lugar. Esse processo ficou bastante claro, quando o Governador Chagas Freitas (1971-1974) promoveu um projeto de remoções de favelas, para a construção de uma nova via paralela a Avenida Brasil, que incluía a região da Maré. Em todos esses acontecimentos, a população se uniu em torno de seu desejo de permanência e reivindicou junto ao Estado seus direitos. Sobre essa necessidade de manter a luta por reconhecimento e defesa do lugar, Bauman afirma

⁶³ Erminia Maricato. *Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 31.

⁶⁴ O “rola-rola” era um tonel de madeira revestido com borracha de pneu, para trazer água para as comunidades mais facilmente, sem que fosse preciso ficar carregando.

que a todo instante, os excluídos de alguns bens travam no que ele chama de “batalhas por reconhecimento”, para “demonstrar força para descobrir quanto o adversário pode ser empurrado para trás”, que “represente uma luta coletiva, e só possam ser garantidos coletivamente”.

“ A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A “defesa do lugar”, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário”.”⁶⁵

Todas as lutas que serão apresentadas posteriormente mostram como os moradores enxergavam a Maré como a possibilidade de uma nova vida com esperança, felicidade e segurança. Foi essa luta que acabou gerando nas pessoas um sentimento de identidade⁶⁶ com o local. Já em 1947, os moradores da Baixa do Sapateiro criaram uma Comissão, com o intuito de fazer um apelo ao então Prefeito Ângelo Mendes de Moraes. A primeira moradora do Morro do Timbau, Dona Orosina Vieira, escreveu uma carta ao Presidente Getúlio Vargas informando que estava sendo importunada por militares. Logo recebeu uma resposta do Presidente, lhe dando permissão para continuar morando no local. Em todo esse movimento de luta, não demorou para que aparecesse, no meio dos moradores, alguns líderes. Esses líderes canalizavam os anseios dos moradores, servindo como um elo de ligação entre os moradores de outras as comunidades e, também, com algumas instâncias do Estado. Gramsci afirma que “o povo se constitui cada vez mais em verdadeiro partido político e, para dar maior eficiência e centralização a sua ação, atribuiu-se um chefe, o “Capitão do Povo”⁶⁷. Todos os nomes que serão citados podem ser considerados intelectuais orgânicos⁶⁸, pois desenvolveram junto aos moradores uma visão crítica sobre a realidade de forma intelectual e prática, sem distanciamento.

⁶⁵ Zygmunt Bauman. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, pp. 71. Aqui vale uma ressalva, de que ao citar BAuman não esquecemos que o autor considera a comunidade uma ilusão.

⁶⁶ Identidade aqui compreende um desejo mútuo de ajuda, com aqueles que enfrentam problemas e alegrias juntos, em consonância com o conceito de comunidade de Bauman (2003:07), já que “as companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a Comunidade. Comunidade, sentimos, sempre é uma coisa boa.”

⁶⁷ Ver Antonio Gramsci *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 – v.05.

⁶⁸ O conceito de intelectual orgânico foi desenvolvido por Antônio Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”, para designar como determinados indivíduos e grupos passam a refletir sobre a realidade, com o intuito, de

Dentre os mais conhecidos e influentes moradores estavam os Srs. João Araújo, Margarino Torres e Atanásio. O senhor João Araújo teve um importante papel na comunidade do Parque Rubens Vaz, pois trabalhou junto aos moradores para sistematizar as construções das casas, das ruas e delimitando áreas de ocupação. Outra conquista, mesmo que de forma forçada, foi um melhora abastecimento de água para os moradores. Em 1954, os moradores romperam uma adutora, que passava pela Avenida Brasil, pondo no início da comunidade, uma bica principal que só os moradores sabiam onde ficava. Com o tempo, os moradores passaram a puxar água para cada casa, em um trabalho realizado durante à noite, de forma que ninguém de fora da comunidade tomasse conhecimento.

O senhor Margarino Torres era um advogado, ligado ao PCB. Chegou a essa mesma comunidade em 1958. Desde a sua chegada, tratou de tomar à frente das decisões do local e, sobretudo, para que as pessoas pudessem continuar ali de maneira mais digna. No ano seguinte a sua chegada, Margarino Torres lidera. a ocupação de uma área ao lado do Parque Rubens Vaz, o atual Parque União. Essa transferência de local se deu porque, no Parque Rubens Vaz, já não havia mais espaço físico disponível para acolher as pessoas que chegavam. Durante a ocupação e depois no dia-a-dia, Margarino Torres impediu que a polícia derrubasse as casas, chegando a ponto de pedir para as autoridades um mandato para circularem na região. Mas, esse caráter combativo não se dava apenas em relação ao Estado, se dava também, na relação com a própria comunidade. Ele proibia a construção de casas de jogos e prostituição, além de combater a entrada de pessoas estranhas no local.

Por último, mas também com muita importância, citamos o trabalho realizado pelo Sr. Atanásio na comunidade da Baixa do Sapateiro. Ele foi responsável pelo alargamento de algumas ruas da comunidade, pois entre as casas e nas ruas havia cercas, que faziam as pessoas passarem uma atrás das outras, não possibilitando a entrada de carros no local e o socorro mais rápido à algum morador, que estivesse precisando ser socorrido. Segundo alguns antigos moradores, esse foi um das maiores conquistas da comunidade. Durante a sua gestão na Presidência da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro, também foi responsável pelo início do serviço de correio na comunidade, servindo ele mesmo e seus

intervir e, assim, transformá-la. Essa é a peculiaridade do conceito, pois passa a valorizar todos os indivíduos capazes de ter uma percepção apurada das relações sociais, mesmo que não apresente uma formação educacional avançada. Nesse sentido, os moradores citados e todos os outros que se aglutinaram no processo de formação e lutas na Maré, podem ser caracterizados como verdadeiros intelectuais orgânicos.

membros da diretoria como entregadores. Alguns anos depois, os Correios passaram a entrar na comunidade para entregar cartas com os seus próprios carteiros, pois durante o processo, o Sr. Atanázio colocou nome nas ruas e número nas casas da comunidade.⁶⁹

Foi durante esse processo de luta e união dos moradores, que foram surgindo às primeiras associações de moradores, dessas primeiras comunidades da Maré. Muito também, para atender a Lei 3.300, promulgada durante o governo de Carlos Lacerda (1959), que previa a institucionalização em associações, dos grupos que atuavam dentro das favelas, para que se forjasse um maior diálogo entre o Estado e as comunidades. As primeiras a surgirem foram: Baixa do Sapateiro (1959), Parque Maré (1960), Morro do Timbau (1963), Parque União (1962) e Parque Rubens Vaz (1965).

O diálogo proposto teve pouca duração, já que em 1964 (Golpe Militar) e depois em 1968 (Ato Institucional nº 05) as garantias democráticas de participação foram suspensas, criando assim, uma lacuna nesse diálogo. No entanto, o sentido de organização entre os moradores, já estava enraizado e a quebra do diálogo institucional não deixou “sem chão” os moradores, até porque a característica combativa deles era antiga. Desta forma, durante o período de “silenciamento” as ações ficaram restritas ao âmbito particular, ou seja, tiveram um direcionamento dado exclusivamente pelos moradores da Maré. Tal redirecionamento pode ser encarado como uma alternativa importante, pois não deixou, mesmo que de forma velada, de manter o debate interno dos cidadãos sobre seus problemas específicos. Ao conversar com Dona Expedita, ela relatou que os moradores debatiam e procuravam resolver os problemas que aconteciam ou os já existentes sem contar com o apoio do Estado.

“ Aqui a gente resolvia tudo. Porque não tinha ninguém pra fazer por nós, então, tinha que ser assim mesmo. Muitas vezes, nós, mulheres, fazíamos o lanche e os homens iam trabalhando até de noite, pra resolver os problemas. Foi um momento de

⁶⁹ Todos esses fatos citados encontram-se em documentos na Rede Memória da Maré, um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Infelizmente, não pude coletar o material para colocar em anexo, pois o período final de escrita deste trabalho coincidiu com um período de dificuldades em que se encontra a instituição. Além disso, vale lembrar que este trabalho não tem a intenção de confrontar os projetos que existiam no período para a formação das comunidades e da constituição das Associações de Moradores. Nesse sentido, informo que muitos foram os caminhos traçados pelos moradores, porém, este trabalho trata apenas dos projetos que se consolidaram.

muitas dificuldades, mas com um pouquinho daqui e um pouquinho dali, a gente foi indo e ta vivo até hoje”⁷⁰

Podemos perceber esse fato, quando analisamos o ano de fundação de algumas associações como Roquete Pinto e Nova Holanda (1979) e Praia de Ramos (1981), se comparadas com os anos de fundação de cada comunidade e com o retomo dos debates democráticos. Nesse sentido, as ações institucionais foram abafadas, só sendo retomadas durante a abertura política, onde o diálogo pode ser estabelecido de forma mais clara.

3.5 - AS FORMAS DE ATUAÇÃO DURANTE A ABERTURA POLÍTICA

Durante a abertura política, a movimentação dentro das associações de moradores voltou a se estabelecer, na busca de um maior diálogo com o Estado, em todas as suas instâncias. Nesse retomo, a atuação dessas associações foi decisiva para a construção de um novo sentido, ou seja, de uma nova forma de relacionamento entre as instituições populares e seus afiliados. O momento de diálogo é fruto de uma análise das relações existentes em nossa sociedade. Os moradores foram muito hábeis ao perceber que o processo de abertura lhes dizia respeito também e que era hora de voltar a realizar reivindicações institucionais. Essa análise das relações de forças de um determinado momento histórico é considerado fundamental no processo de disputa pelo poder entre os diferentes grupos de uma sociedade. Gramsci trata a análise das relações de forças como um movimento de suma importância para as classes subalternas, pois só assim conseguirão enxergar o movimento de dominação das classes dominantes e, então, atuar contra – hegemonicamente, com o intuito, de transformar as relações existentes, pois segundo o autor, não há em nenhuma sociedade relações existentes, que não possuam condições pré-existent de mudanças⁷¹.

Assim, essas associações se fundamentaram dentro dos novos anseios da sociedade e, sobretudo, dos moradores de seus espaços. Na região da Maré, esse processo foi estabelecido da mesma forma, já que elas se tomaram representantes de um grupo de pessoas, que desde a sua origem no local (até mesmo de vida) vêm sofrendo com a falta de

⁷⁰ Entrevista concedida por Dona Expedita Martins ao autor em Setembro de 2008.

⁷¹ Ver Antonio Gramsci *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 – v.03.

recursos básicos aos quais todos os cidadãos têm direito. O acesso dos cidadãos aos direitos básicos é tratado por muitos autores. Entre eles Giddens, citado por Barbalet⁷², que põe nas mãos dos cidadãos a força de transformação necessária, para as suas condições. Ele afirma que “ *a expansão dos direitos de cidadania, em Inglaterra como noutras sociedades, foi em larga medida o resultado de esforços dos desprotegidos para melhorarem a sua sorte*”. O traço interessante do relato de Giddens é a possibilidade de identificarmos dificuldades sociais, no que diz respeito, à aquisição dos bens básicos de cidadania, em grupos heterogêneos de nossa sociedade. Talvez, os problemas enfrentados não sejam os mesmos, no entanto, o mais importante é o sentido de luta e auto-reconhecimento, que cada grupo social tem na sociedade. As Associações de Moradores tinham casos específicos a serem resolvidos, que se apresentaram de formas distintas entre elas mesmas.

As lutas dessas associações foram encampadas nas mais diferentes frentes, indo da manutenção das redes de água, ampliação da rede de energia elétrica, o calçamento das ruas até contra a violência cometida nas comunidades. No enfrentamento dessas lutas, se fazia necessário, uma legitimação por parte dos moradores. Essa legitimação ocorria através de eleições diretas, realizadas por cada uma das associações, para a nomeação dos representantes. Nessas eleições, os parâmetros eleitorais eram os mesmos de uma eleição comum para os cargos públicos mais conhecidos, com isso, dependiam de uma participação maciça de seus membros, para a homologação dos resultados. Nem todo morador, era um membro legal das associações, pois era necessário que eles se filiassem a cada uma delas. Para isso, precisam comprovar ser moradores das respectivas comunidades e pagar uma taxa mensalmente. Vale ressaltar, que as benfeitorias promovidas pelas Associações de Moradores não ficavam exclusivas aos filiados, atendiam a todos os moradores das comunidades.

Para entender melhor esse trabalho, foi necessário dialogar com alguns antigos membros, representantes e com a documentação⁷³ ainda existente nessas associações.

⁷² J. M. Barbalet. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 42..

⁷³ As entrevistas foram realizadas com presidentes, representantes que faziam parte das comissões eleitas, depois de uma consulta prévia na documentação existente em cada associação. Assim, os trechos abaixo seguem uma cadeia de informações retiradas das próprias associações e não aleatoriamente. Um outro detalhe importante, é que a escrita dos depoimentos segue fielmente o que foi dito pelos entrevistados, sem qualquer correção ortográfica.

Assim, resolvemos escolher no espaço da Maré, algumas associações de moradores, que existem, praticamente, desde a origem de suas comunidades. Desta forma, foram escolhidas como base as Associações da Baixa do Sapateiro, do Parque Maré e Praia de Ramos. Nas entrevistas realizadas com os respectivos representantes dessas associações do período, observamos uma grande diversidade de sentimentos. São sentimentos carregados com um "tempero" especial, que é a memória de todas as lutas travadas naquele momento, para que aquelas comunidades fossem respeitadas dentro e fora da Maré. A memória é entendida aqui, como um fenômeno importante na construção de uma história de identificação individual, quanto coletiva. Mesmo reconhecendo a imensa necessidade de que os relatos passem pelo crivo do método historiográfico. Essa perspectiva é importante porque entendemos que todos os indivíduos possuem a capacidade de burlar a veracidade dos fatos, para tornar um grupo mais privilegiado do que outros. No entanto, ao realizar as entrevistas pude perceber que havia poucas variações nos relatos. Quando fazia perguntas sobre o processo de luta e de parceria das Associações de Moradores. É como se a memória construída entre os moradores e os dirigentes estivessem cristalizada e em perfeita sintonia, pois havia pouca variação e uma imensa paixão e intensidade. Essa possibilidade é enfatizada por Pollack (1992), quando expõe que em ambas as memórias (coletivas e individuais) existem pontos de invariabilidade, que continuam nos indivíduos durante toda a sua vida.

“ Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas da história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que

impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala”⁷⁴

Segundo todos os entrevistados, aquele momento se apresentava de forma diferente dos outros já vividos pelas comunidades, pois estavam vivendo um período de grande mobilização popular, o que representava uma espécie de "aliança" do povo para mudar o país. Sobre o período, o então Presidente da Associação de Moradores do Parque Maré, o Sr. José, conhecido como Zé Careca fala assim:

" Nesses anos, a gente vivia numa sociedade que queria mudar. Confesso, que foram momentos difíceis por um lado porque as pessoas viam na associação um lugar, para reclamar de tudo, achando que a gente podia resolver. As vezes eram coisas, que não faziam parte da nossa competência, mas a gente sempre tentava resolver. Por outro lado, era bom a gente ver os moradores indo atrás da gente para ajudar a resolver o problema de outras pessoas, como se o problema de um fosse de todos, por isso, a gente se sentia privilegiado por poder ajudar e por sentir que aqueles moradores confiavam na gente. Isso, não era só os moradores da minha comunidade, em todas as outras acontecia isso. Sei disso, porque nas reuniões entre as associações alguns presidentes comentavam isso”⁷⁵

Um outro aspecto importante de se ressaltar e que fica claro nas entrevistas, é a forte ligação entre as associações, no que diz respeito à troca de informações entre elas. Já foi dito aqui, que os problemas de infra-estrutura dessas comunidades eram bastante parecidos, pois essas comunidades foram criadas a partir de um mesmo espaço físico. Assim, nada mais justo que a troca de informações, para a resolução desses problemas.

⁷⁴ Michael Pollack. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, pp 200-212.

⁷⁵ Entrevista concedida pelo Sr. José (Zé Careca) ao autor, em maio de 2006.

Além disso, essa ligação se estendia na relação com o Estado, já que ele era (é até hoje) o grande financiador para essas melhorias. Por isso, muitas vezes, eram montadas comissões com os representantes de cada associação, para ir apresentar planos de obras nas secretarias municipais de interesse e junto a FAMERJ e FAFERJ. Desta forma, estabeleceram uma certa unidade, quando o interesse era comum. Barbalet⁷⁶ ressalta a importância dos movimentos sociais como personagens ativos, na construção das relações sociais: “ *Os movimentos não são conseqüências de situações sociais mas também seus criadores, é crucial para a definição dos movimentos sociais como agentes (e não simplesmente produtos) de mudança social*”. No início da década de 1980, as Associações de Moradores da Maré, se juntaram e criaram um organismo central, para tratar de assuntos de interesse da Maré, junto às instâncias reivindicatórias e representativas das associações e das favelas. Essa instituição era a CODEFAM (Comissão de Favelas e Associações de Moradores), que reunia representantes escolhidos por cada associação de moradores, para serem um canal de diálogo entre todas as associações da Maré e o exterior às comunidades. O Sr. Clóvis fala assim, dessa instituição:

“ A CODEFAM era um lugar onde todos nós juntávamos nossas experiências, necessidades e preocupações. Ali a gente se abria para resolver como a gente ia ser representado, quando tivesse uma reunião fora da Maré. Uma vez, eu fui numa reunião na FAMERJ e eles disseram que a nossa idéia era uma boa iniciativa, porque as nossas comunidades são muito próximas uma das outras. Com essa união, as coisas, às vezes, eram mais fáceis de se conseguir”⁷⁷

Vale ressaltar, que essa unidade nem sempre era possível, pois cada representante pensava de uma forma e, por isso, entre uma reunião e outra, tal aliança não se estabelecia por interesses políticos diferentes. Essas diferenças, muitas vezes se davam por motivos simples, como uma vaidade por não aceitar que a idéia principal fosse atribuída à um representante de associação, o que levaria os agradecimentos e os louros da conquista para

⁷⁶ J. M. Barbalet. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 153.

⁷⁷ Entrevista concedida pelo Sr. Clóvis ao autor, em junho de 2006.

uma comunidade, que não fosse a sua. Quando esses desentendimentos ocorriam, as conquistas eram realizadas de forma isolada, com a briga de cada associação pelos seus direitos⁷⁸. Na entrevista realizada com Dona Zilte, uma das representantes da Associação de Moradores da Praia de Ramos no período, ela diz o seguinte:

" As vezes, a gente tava próximo de chegar à um ponto comum, pra gente ir conversar lá na Secretaria de Obras, mas de uma hora para outra, um levantava o braço dizendo que não ia aceitar, que o fulano fosse o representante da idéia, uns porque queriam aparecer mais e outros diziam que a idéia era deles. No final de tudo, a gente deixava de conseguir algumas coisas ou demorava mais um tempo por essa vontade de aparecer mais do que os outros"⁷⁹

Através dessas lutas conjuntas ou solitárias, muitas conquistas foram alcançadas, mas, em alguns momentos, elas se tornavam muito difíceis, porque em certos períodos o diálogo com eles por parte do Estado era esquecido, quando nem a participação das Federações competentes resolvia os problemas. Nessas horas, foi muito importante a participação dos moradores, junto das associações. Essa participação se dava de diferentes formas, na participação de mutirões, na divulgação de festas, bingos, venda de rifas, entre outras coisas. Tudo isso com o intuito de arrecadar fundos para as associações que não tinham verbas disponíveis para realizarem as obras necessárias nas comunidades. Um outro traço importante foi a participação de comerciantes do local, na cessão de dinheiro, mas, sobretudo, de materiais específicos para construção e de alguns políticos, que vendo a possibilidade de ganhar votos na região, se aproximavam das associações para ajudarem financeiramente as mesmas. Nesse processo, a participação de políticos era muitas vezes,

⁷⁸ Aqui, cabe um à parte sobre a disputa por um lugar de destaque na história das respectivas comunidades. Uma disputa, que nos faz lembrar os antigos heróis gregos, que tinham como objetivo principal de vida, deixar seu nome gravado na história, já que para os gregos o conhecimento estava atrelado à memória. Muitos desses moradores pensavam da mesma forma, talvez, por imaginar que seu nome seria sempre lembrado. Se levamos em consideração, a grande possibilidade de permanência de seus familiares, essa perspectiva memorialística faz sentido, pois esses familiares ao participarem do cotidiano das comunidades serão os responsáveis, por possíveis comemorações futuras, relembando os seus entes passados. Desta forma, ocorre a manutenção dos heróis, nesse caso, dos moradores mais conhecidos na construção da Maré.

⁷⁹ Entrevista concedida por Dona Zilte ao autor, em maio de 2006.

vista com maus olhos, pois a população já começava a perceber, quais eram os verdadeiros interesses daqueles políticos. Esse é um assunto, que foi bastante discutido entre as associações e os seus moradores, já que alguns representantes dessas associações não viam de forma negativa, a ajuda desses políticos. Para especificar melhor esse assunto, Dona Zilte o retrata da seguinte forma:

" Muita gente falava se a gente devia aceitar ajuda dos políticos. Porque quando eles ajudavam, eles pediam que a gente divulgasse na comunidade, que eles tinham ajudado a gente a fazer as obras. Eu entendo essa preocupação, porque os moradores e a gente também percebia, que essa ajuda só vinha em época de eleição e depois esses políticos sumiam”⁸⁰

Muitas lutas foram travadas pelas associações de moradores, principalmente, no que diz respeito à luta dos moradores por melhorias de condições básicas de moradia, já que o número de moradores aumentava cada vez mais. Esse fenômeno não ocorreu somente em relação às favelas, outras formas de moradia voltaram a ser utilizadas, para burlar as dificuldades do cotidiano. As formas de moradia coletivas, que há muitos anos atrás, para ser mais exato, no início do século passado, foram sendo substituídos pelas favelas, voltaram a fazer parte do cenário habitacional. Muito porque o constante fluxo, a necessidade de se manter próximo ao emprego e a forte ligação com outros cidadãos já fazem parte da cidade, fez com que os cortiços retornassem, ou melhor, crescessem o número nos grandes centros. Maricato⁸¹ retrata esse fenômeno, porém, ressalta a piora dos níveis econômicos dos cidadãos.

“Esse agravamento das condições de moradia, como vimos para o caso das favelas cariocas e paulistas, não se deve apenas ao crescimento migratório. Constata-se efetivamente uma piora no nível de vida através da habitação, pois 50% dos favelados de São Paulo moraram em casas de alvenaria nos últimos dois anos

⁸⁰ Entrevista dada por Dona Zilte ao autor, em maio de 2006. Essa foi uma discussão tão importante, que até o Jornal UNIMAR, vai tratar dele em um de seus números.

⁸¹ Ermínia Maricato. *Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 67.

e mudaram-se para favelas por não poder arcar com os gastos relativos a aluguéis ou pagamento de terreno ou casa própria”

Porém, nenhuma com tamanha repercussão como o Projeto Rio. O Projeto Rio era um projeto Governo Federal, sob a responsabilidade do então Ministro do Interior Mário Andreazza, que consistia na melhoria das instalações de uma área de 27 quilômetros, ao longo da Avenida Brasil. Uma área, que ia do bairro do Caju até a entrada da Rodovia Washington Luís (Duque de Caxias). Essas melhorias estavam ligadas a rede de esgotos, iluminação de ruas, aterramento de algumas áreas alagadas (as áreas de palafitas das comunidades), a concessão de títulos de propriedade e a remoção de outros moradores, para as novas comunidades, que seriam construídas na própria Maré, após o aterramento de algumas áreas. Mesmo com essas boas notícias, o projeto ainda causava desconfiança, pois algumas de suas promessas, já haviam sido feitas por outros governos e nunca saíram do papel.

O então presidente, o General João Baptista Figueiredo, também participou do processo de aprovação do Projeto Rio, ao visitar toda a área que seria aterrada para a construção das novas moradias populares, que chegavam ao número de 9.500 habitações. Além disso, durante a sua visita a Maré, distribuíra 300 títulos de propriedades aos moradores de uma das comunidades da Maré. O Jornal do Brasil notificou:

“ O Presidente João Figueiredo visita hoje as obras do Projeto Rio, para o aproveitamento de 27 quilômetros ao longo da Baía de Guanabara: urbanização das favelas da área da Maré e construção de 9 mil 531 habitações para pessoas de baixa renda. Na ocasião entregará os 300 primeiros títulos de propriedades dos terrenos aos moradores da favela do Morro do Timbau que poderão pagar em um, cinco ou dez anos o valor total do terreno orçado em Cr\$ 12 mil 189,60”⁸²

Depois de muitas discussões sobre o projeto, inclusive com a presença do Ministro nas comunidades da Maré, para conversar com as lideranças locais, o projeto saiu do papel. Alguns avanços foram conquistados, embora, alguns pela metade como a

⁸² Jornal do Brasil, dia 11/06/1 981 – p. 08.

regularização das casas e o calçamento das ruas. Contudo, o maior avanço do Projeto Rio, no que diz respeito ao plano objetivo, foi à remoção dos moradores, que habitavam as palafitas, para casas e apartamentos dentro da Maré. É nesse momento, que surgem as comunidades do Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do João e Vila dos Pinheiros, no que foi a primeira grande intervenção do Estado, junto a população da Maré. Já no campo político foi a constante participação dos moradores nos encaminhamentos e decisões sobre o andamento do projeto, representando um novo momento de diálogo entre sociedade civil e Estado. Sobre esse momento, o Sr. Joaquim Agamenon Santos, Presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau ressalta:

" Tem que haver um debate amplo das medidas a serem tomadas, inclusive essa possibilidade de participação dos moradores por parte do Governo Federal, deve ser seguida pelos Governos Estadual e Municipal, para que a urbanização das favelas acabe de uma vez "com a eterna política das bicas d'agua"⁸³

Durante toda essa trajetória de construção de uma percepção participativa junto aos moradores, as associações de moradores das comunidades da Maré tiveram um papel preponderante, pois foram capazes de estabelecer e manter um diálogo constante com o Estado, com os seus respectivos moradores e com os diferentes movimentos da sociedade civil, sempre tendo como base principal, a autonomia do movimento. As associações de moradores tiveram uma enorme importância, no que diz respeito, a irradiação de idéias ligadas à uma mudança social, que trouxe vivacidade, possibilidade de reflexão e atuação política aos seus moradores, além da efetiva capacidade de ramificação para outros movimentos. Dentro dessa perspectiva, as associações podem ser consideradas, em um modelo coletivo, intelectualidades orgânicas, já que possuem todas as características necessárias para tanto. Entre elas estava o fato de servir como um trabalhador constante. Semeraro⁸⁴ ao escrever sobre Gramsci, afirma que o autor considerava o papel dos intelectuais orgânicos primordial, para as classes subalternas, pois:

⁸³ Jornal do Brasil, dia 07/07/1981 – p. 19.

⁸⁴ Giovanni Semeraro. Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. Aparecida. SP: Idéias e Letras, 2006.

“ a função do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e à conquista da hegemonia da sua classe, não pode mais consistir “na eloquência” e nos ímpetus da “emoção”, mas na interpenetração entre conhecimento científico, filosofia e ação política. Tal intelectual deve ser um “construtor, organizador, educador permanente”⁸⁵

No entanto, o conceito de “intelectual orgânico” proposto por Gramsci, nos remete a Marx, que fundou o discurso da filosofia da práxis⁸⁶. Segundo Marx, a atitude revolucionária deveria passar pela reflexão diária das condições sociais do proletariado e pela ação, com o intuito, de transformar as regras gerais da sociedade. Uma perspectiva diferente dos intelectuais do século XIX, que mantinham um distanciamento em relação à sociedade. A necessidade de uma trajetória de reflexão e prática se impôs às associações e seus componentes, que por sua vez, não fecharam os olhos diante desse trabalho, se colocando como constante reorganizadores do espaço social já que *“em seu “historicismo absoluto”, a “filosofia da práxis” não pode se cristalizar ou ossificar num modelo doutrinário enrijecido: é um pensamento novo, que inaugura uma postura filosófica nova. Está condenada a atuar sempre como uma força comprometida com a inovação”* (Konder 1992:92).

Essa construção fazia parte de um período próspero, no que diz respeito, à atuação dessa mesma sociedade civil na proposição de idéias e resolução dos problemas que afligiam a sociedade brasileira. As representações do que era esse espírito participativo e democrático proposto por essas associações foi o da idealização e da ajuda a novos mecanismos de informação para esses moradores. Nesse sentido, vale ressaltar o surgimento do Jornal UNIMAR, durante esse período de movimentação popular.

⁸⁵ Giovanni Semeraro. Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. Aparecida. SP: Idéias e Letras, 2006.

⁸⁶ Karl Marx. Teses sobre Feuerbach, in Karl Marx e Friedrich Engels. A ideologia alemã, anexo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

3.6 - A REDE SE CRIA: O IMPORTANTE PAPEL DO JORNAL UNIMAR, NA MOBILIZAÇÃO POPULAR NA MARÉ.

Por todo o capítulo procurei ressaltar a participação dos moradores da Maré, nos mais diferentes campos de atuação e mobilização. No entanto, o caráter comunicativo desses enfrentamentos passou um pouco em branco. Foi por isso, que preferi deixar o espaço final desse capítulo reservado, para falar um pouco de como se dava a comunicação entre os moradores, por fora dos meios institucionais. Por todo o período da ocupação e resistência, o melhor veículo de comunicação entre os moradores foi o “boca-a-boca”. Os moradores procuravam informar aos seus companheiros e vizinhos sobre reuniões ou qualquer tipo de mobilização existentes, com o intuito, de garantir a participação dos seus parceiros de comunidade. Isso ocorreu até porque não havia se consolidado ainda as informações necessárias sobre os moradores, como o nome de ruas, número das casas, entre outros fatores.

Conforme o tempo foi passando os métodos de comunicação entre os moradores foi se dinamizando, já que a consolidação das Associações gerou um ganho no que diz respeito à logística, até porque os problemas apresentados anteriormente passaram a ser solucionados. A partir de então, alguns folhetos foram produzidos, o sistema de cartas internas se regularizou e as conversas que serviram como primeiro passo continuaram no processo. Talvez, os moradores não sabiam que estavam fazendo parte de um processo muito maior que vinha aumentando, principalmente, a partir da década de 80, o movimento de mídia comunitária.

A mídia comunitária tem servido ao longo dos anos para democratizar o acesso à informação reflexiva, sem as maquiagens dos grandes organismos comunicativos, que vêm se mostrando fiéis aliados aos "interesses do capital". Esses variados núcleos fazem parte de um corpo maior que pode ser denominado de mídia alternativa. Eles representam uma força de grande relevância, no que diz respeito, aos novos parâmetros de comunicação mundial. Eles surgiram da insatisfação com tais organismos corporativos e tem como importantes componentes os militantes de esquerda, que enxergam no movimento um bom mecanismo de ampliação do debate das problemáticas sociais (como forma de apresentar

demandas e denúncias) tanto num âmbito particular (nacional, regional, de bairro etc), quanto no plano mundial. Geralmente, esses meios de comunicação têm um baixo investimento, já que não há um patrocínio muito grande, já que representam uma forma de transgressão ao padrão normal estipulado. Podemos citar como exemplo as rádios piratas de cada comunidade do Rio de Janeiro, o Jornal Brasil de Fato (que expõe o trabalho realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), jornais universitários, entre outros.

Foi com essa perspectiva que o Jornal União da Maré (UNIMAR) nasceu em janeiro de 1980, como reflexo da união dos moradores das comunidades: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Maré, Parque União, Parque Rubens Vaz e Nova Holanda. O jornal tinha como seu objetivo principal, ser um canal alternativo de informação e diálogo entre os moradores, entre as instituições que haviam na Maré naquele momento, sobretudo, entre as associações e seus afiliados. Como canais de informação pretendiam desencadear na Maré, uma grande discussão sobre a política, para facilitar o debate e a resolução de seus problemas, propondo assim, uma grande participação popular em busca das melhorias necessárias e evitando que alguns políticos espertos tomassem frente nas decisões, que cabiam aos moradores. A idéia surgiu nos primeiros dias do mês de novembro de 1979, através da reunião de um grupo de moradores, que estava disposto a contribuir para o desenvolvimento administrativo, cultural e político das comunidades, pois naquele momento, a região só era percebida por sua miséria. Consideravam que os jornais de grande circulação não tratavam de forma correta os assuntos ligados a Maré. Quando havia alguma notícia sobre a região era só para enfatizar os problemas existentes e, quase nunca, apresentavam propostas concretas, que visassem a sua resolução⁸⁷.

Nesse jornal, encontramos notícias dos mais diferentes assuntos, desde um simples campeonato de futebol, até a discussão sobre qual é o papel dos partidos políticos em nossa sociedade. Esse jornal, como era a idéia de seus idealizadores, seria escrito de uma forma bastante acessível, visando um melhor entendimento por parte dos moradores e, assim, facilitar o diálogo entre eles. A dificuldade nos primeiros números para a confecção dos jornais foi grande, pois não se tinha material básico, espaço físico e recursos

⁸⁷ Os exemplares disponíveis do Jornal Unimar se encontram na Rede Memória da Maré, mas infelizmente, como já foi citado, o projeto encontra dificuldades para se manter. Os editores eram ligados as Associações de Moradores, as edições são poucas cerca de 15 números, com no máximo 20 páginas. A produção contava com o apoio das Associações e com doações de comerciantes e alguns moradores.

financeiros. Só foram possíveis as publicações devido à ajuda de algumas instituições da Maré (Igreja Católica, Associações) e da participação dos moradores das comunidades ao comprarem rifas, que a comissão de organização do jornal realizava. Uma outra forma de manter a publicação dos jornais, que saía mensalmente, foi vendê-lo a um baixo custo para os moradores. Muitas das vezes, o jornal demorava mais que um mês para sair, por causa dessas dificuldades financeiras. Ao longo do tempo, outras comunidades da Maré, resolveram participar efetivamente do jornal, como Roquete Pinto e Praia de Ramos.

Uma faceta do jornal era o de ser um veículo de comunicação democrático onde as instituições e moradores das comunidades poderiam fazer as suas reclamações de forma livre, sem a preocupação com retaliações e influências externas, deixando claro, que na cabeça daqueles moradores havia uma consciência transformadora e de acordo com o seu tempo, ou seja, capaz de dialogar com todos os setores da sociedade em suas páginas.

Agora, cabe o tratamento de alguns assuntos, que fizeram parte das discussões daquele período, através dos olhos deste jornal. Alguns assuntos são mais decorrentes como cultura, melhorias estruturais (esgoto, água e luz), política e o Projeto Rio, mas todos eles em consonância com os temas mais discutidos pelas associações.

A região ocupada pelas comunidades da Maré, historicamente, sempre foi caracterizada pela falta de estrutura básica, para uma sobrevivência digna. Neste momento, início dos anos 80, já havia algumas melhorias nessas estruturas, mas que não atendiam de forma satisfatória as demandas dos moradores destas comunidades, por isso, que o jornal se colocou como porta-voz dos moradores. Assim, encontramos notícias sobre a rede de água, creche, esgoto e luz. Sobre as creches, o jornal alerta para a construção de uma na comunidade do Parque União e ressalta a importância da creche para as famílias, em que todos os adultos precisam trabalhar fora. Em relação à água e o esgoto, as discussões sempre foram inflamadas, por causa da grande necessidade da população. Uma notícia do jornal⁸⁸ faz alusão a uma obra mal feita nos esgotos da região, pois ao se realizar uma consulta junto aos moradores das comunidades chegou-se à conclusão de que as obras

⁸⁸ Jornal União da Maré, Ano 02, número 03, página 03.

causaram muitos transtornos para a região. Alegam, também, que o serviço deveria ter mais qualidade, já que foi paga uma taxa considerável para a Associação de Moradores do Parque União.

Em relação à água, o jornal avisa aos moradores, que foram instaladas quatro novas bombas, para abastecer a região. Mas, mesmo assim, era preciso um maior diálogo com a CEDAE, porque a maioria das tubulações estariam estragadas, o que continuaria causando dificuldade no abastecimento de água aos moradores. No que diz respeito à luz, o jornal trouxe vários informes sobre as altas taxas cobradas pelo KWh a região e, que a entrada definitiva da LIGHT poderia melhorar o abastecimento e os preços. Vale lembrar, que até esse momento, a luz era paga a uma comissão responsável em cada comunidade, que por sua vez, repassava à LIGHT. Nesse processo, havia algumas distorções de preços entre as comunidades, por exemplo, o preço pago em Roquete Pinto era de CR\$ 6,30, na Baixa do Sapateiro CR\$ 7,20 e no Parque Maré CR\$ 7,80, que causava desconfiança e irritação nos moradores.

No jornal, se tinha uma grande preocupação com a mobilização dos moradores para a discussão de diversos aspectos da comunidade. Foi nesse procedimento, que o jornal lançou mão de notícias sobre cultura e política. Na região da Maré, a cultura popular sempre existiu através de diversas manifestações. Essas manifestações eram realizadas em todas as comunidades, tendo como propósito, levar um pouco mais de alegria a um cotidiano conturbado e, sobretudo, de manter a ligação dos moradores com as suas respectivas raízes culturais. Foi nesse momento, que festejos como a Folia de Reis, Festas Juninas, Procissão de São Pedro, Blocos carnavalescos, Escolas de Samba e equipes de futebol ganharam repercussão nas comunidades, muito com a contribuição do jornal, já que a maior divulgação era feita por ele. Em um dos exemplares⁸⁹, se fez menção à escolha do samba enredo do bloco Império de Bonsucesso e do 1^o Festival de Samba, na quadra do bloco Mataram meu Gato, que contou com a presença de outros blocos da região. Em relação ao esporte, o jornal deu a seguinte notícia:

" Este jornal, dentro de seu propósito de atender as necessidades das comunidades em que atua, abre este espaço,

⁸⁹ Jornal União da Maré, Ano 02, número 05, página 04.

para a divulgação das equipes de futebol, futebol de salão, vôlei, etc..., que estejam sendo formadas dentro de nossas comunidades. Neste mês, já recebemos a relação de uma equipe, a Força Jovem Futebol Clube, fundado em 19/04/1980”⁹⁰

No aspecto da política, o jornal cumpriu um ótimo papel, no que diz respeito, à formação dos moradores da Maré, nesse período que o tratar de política voltava a ser tolerado. As notícias de política, atendiam a informações sobre os setores municipal, estadual, federal e dos partidos políticos, que haviam na época. Na maioria das vezes, essas notícias davam conta da má administração feita por eles como isso interferia na vida dos cidadãos. As manchetes mais comuns eram sobre os grupos políticos, o perigo de acreditar em alguns políticos, eleições nas associações de moradores e o Projeto Rio. Essas notícias vinham muitas vezes em forma de manifestações, músicas e poemas.

Em alguns números do jornal, fica estabelecida uma relação bem íntima entre cidadania, política e violência, devido a alguns atos ocorridos na Maré. Em uma reportagem cuja manchete foi denominada "Terrorismo e Democracia”⁹¹, o jornal se mostra ansioso pelo esclarecimento dos atos ocorridos no Rio Centro⁹², para que os preceitos democráticos (liberdade e direito de organização) continuassem sendo restabelecidos no país. Um outro assunto rotineiro nesta tríade era a denúncia de agressões policiais⁹³ dentro das comunidades. Essas notícias eram resultados dos relatos de alguns moradores, que sofreram ou tomaram conhecimento desse tipo de violência. Diante dos vários relatos de violência, os redatores do jornal resolveram expor uma dúvida, que tomou conta de todos eles. Se a violência era uma atitude de apenas alguns policiais ou se era uma ordem da corporação, com o intuito de manter e ampliar a sua autoridade dentro das comunidades. Vale lembrar, que na maioria das vezes, a agressão era seguida de morte nessas ações policiais.

Voltando a tratar de política, o jornal fez um balanço do que naquele momento, mais afligia aos moradores. Os assuntos eram o "paternalismo político" e o Projeto Rio,

⁹⁰ Jornal União da Maré, Ano 02, número 07, página 06.

⁹¹ Jornal União da Maré, Ano 02, número 05, página 04.

⁹² A explosão de uma bomba dentro de uma carro, durante os festejos do 1º de Maio de 1981, que ocasionou a morte de um militar e o ferimento de outro militar. Lembrando, que a bomba estava em posse dos dois militares.

⁹³ Jornal União da Maré, Ano 02, número 09, página 07.

que em vários números fizeram parte das discussões mais importantes promovidas pelo jornal. O jornal, na edição número 05, na página 04, chama a atenção para a necessidade de se romper com o "paternalismo político", que existia na Maré. Esse "paternalismo" era expresso ou praticado por alguns políticos, que pensam em utilizar a população mais pobre para se eleger. Isso ocorre, segundo o jornal, quando os políticos entram nas comunidades e prometem algumas melhorias e depois das eleições acabam não realizando nada do que prometeram. Ao denunciar essa prática, o jornal toma uma posição política contra essa prática alienadora e, sobretudo, também contra algumas associações, que deixam se enganar por esses políticos. Deixando claro, a capacidade democrática do jornal em contestar até aqueles, que os ajudaram a nascer. A notícia transcorre da seguinte forma:

" Os favelados demonstram, claramente, que não aceitam mais o paternalismo dos políticos, que em épocas de eleições prometem urbanização as favelas, inauguram bicas, levam tijolos, areia, cimento para comprarem as associações”⁹⁴

Mais à frente, o jornal dá uma notícia do que sena um possível desdobramento dessa situação de submissão de algumas associações junto aos políticos aproveitadores, mas, nesse caso, exalta o enfrentamento realizado pelo presidente da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro junto a um deputado.

“ O deputado exigia à colocação de faixas na comunidade com o seu nome, fazendo menção à uma suposta ajuda financeira dada por ele, para as obras no esgoto. Porém, o presidente, o Sr. Luiz Vieira, afirma que a maior parte dos recursos destinados à obra forma colaborações dos próprios moradores, o que impossibilitaria a colocação de uma faixa com o nome do deputado”⁹⁵

Nessas duas notícias, fica explícita, como se deu através da história, a relação entre os moradores da Maré e os políticos, por isso, se fazia urgente uma mudança de postura

⁹⁴ Jornal União da Maré, Ano 02, número 05, página 04.

⁹⁵ Jornal União da Maré, Ano 02, número 07, página 09.

por parte dos moradores, em uma tentativa de deixar de ser curral eleitoral para políticos covardes. Ao analisarmos a atuação do jornal na região da Maré, observamos o quanto foi importante e necessária a acréscimo dos meios de comunicação e formação daqueles moradores, pois passou a ser um forte canal de comunicação entre os assuntos decorrentes da sociedade, as instituições locais e os moradores. Fazendo com que houvesse um alargamento, no que diz respeito, a participação dos moradores na discussão e resolução dos problemas do país, da cidade, do município e das próprias comunidades. Isso tudo também, porque o jornal trazia consigo uma marca importante, que era o de ser feito pelos próprios moradores. Assim, o papel ao qual o jornal pretendia foi conseguido satisfatoriamente, já que ao passar dos anos, as lutas e mobilizações se ampliaram, na busca por um espaço mais digno para se viver.

IV - CONCLUSÃO

Acender as Velas

Acender as velas
Já é profissão
Quando não tem samba,
Tem desilusão (2x)

É mais um coração
Que deixa de bater
Um anjo vai pro céu
Deus me perdoe, mas vou dizer
Deus me perdoe, mas vou dizer

O doutor chegou tarde demais
Porque no morro não tem automóvel pra subir
Não tem telefone pra chamar
E não tem beleza pra se ver
E agente morre sem querer morrer
E agente morre sem querer morrer

Zé Ketti

Todo o processo de construção de uma dissertação carrega em si um acúmulo de sentimentos diferentes ao longo do percurso. Em alguns momentos sentimos frustrações, em outros alegrias, que de uma forma ou de outra, são importantes para a formação profissional do historiador. No caso dessa monografia não foi diferente. Ao longo do tempo, passei por uma enorme mistura de sensações, muitas vezes confusas. Foi em uma dessas horas, que meu objeto de estudo teve um papel fundamental para a continuidade do processo de construção da monografia, pois nos momentos mais difíceis parece ter ganho "vida".

Quando me propus a ter como tema de dissertação "O papel das Associações de Moradores da Maré na abertura política (1978-1985)" pensava que a sua importância política era apenas o de ampliar o campo de análise sobre os movimentos sociais urbanos, oriundos de espaços populares (favelas) que se fortaleceram naquele período. Um campo pouco explorado ainda, pelos historiadores. Porém, ao percorrer esse "mundo oculto", me deparei com um turbilhão de informações (particulares e públicas), que me fizeram modificar, não o rumo da monografia, mas o papel ao qual ela se propunha inicialmente. Agora, ela não deve ser apenas um objeto de consulta e sim, ser um exemplo da luta realizada por um grupo social, que teve a iniciativa de brigar por seus direitos e, quem

sabe, ser um mobilizador das classes populares e para que o Estado volte, finalmente, seu olhar para os espaços populares.

Mesmo com esse certo "delírio" diante da pesquisa, o papel do historiador, segundo Todorov⁹⁶, é o de construir uma narrativa capaz de estabelecer os fatos de forma "real", construir um sentido para os seus leitores e, assim, fazendo com que ela seja aproveitada por aqueles e para quem você escreveu a sua narrativa. Neste sentido, este trabalho cumpre todas essas exigências para a construção de uma narrativa histórica, sobretudo, se trabalharmos também com que Gaddis chama de perspectiva, ou seja, o de manter certo distanciamento em relação ao fato, mesmo que para isso, não seja necessário estabelecer uma neutralidade.

Ao relatar esses sentimentos e, especialmente, o processo de construção de uma identidade de luta local. Posso responder a pergunta com que trabalhei como hipótese deste trabalho, que foi se houve realmente articulação e mobilização por parte dos moradores, sobre o foco das associações de moradores como órgão legal, em torno dos seus interesses num diálogo constante com o Estado e a sociedade do período. A única resposta cabível é a de que houve realmente uma grande participação por parte dos moradores, pois ao estabelecer contato com antigos moradores, antigos documentos, membros e presidentes de associações, percebi como se deu toda a luta desses grupos e a sua percepção sobre o mundo em que viviam, sob aspectos como cidadania, democracia e política. Com isso pretendo deixar sem chão todos aqueles que insistem em caracterizar os moradores desses espaços populares (favelas) como uma massa sem consciência e formação política. Pretende também, valorizar o saber popular, pois mesmo sem uma formação acadêmica, esses moradores souberam utilizar os seus órgãos institucionais legitimados (associações) para manter um processo constante de conquistas como cidadãos.

Desta forma, posso concluir que as Associações de Moradores da Maré tiveram papel fundamental na construção um sentido coletivo para os moradores de suas comunidades, já que souberam atuar, formar e criar novos mecanismos para um debate mais sistemático sobre as necessidades da sociedade e, primordialmente, de seus

⁹⁶ Tzvetan Todorov. *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: ARX, 2002.

moradores, mostrando não estar alheia a todo movimento que regia a nossa sociedade do período. No entanto, nenhum desses problemas pode ser comparado, com o que os moradores enfrentam hoje. É lógico que qualquer comparação possa parecer um anacronismo ou um erro de análise das conjunturas e estruturas, mas o caso aqui, não é o de falta de uma análise concreta, pelo contrário, a reflexão ocorre de um olhar mais aguçado e contundente sobre esses cidadãos e sua realidade presente.

Depois de um imenso movimento de participação popular, que começa na abertura política e tem seu auge nas eleições presidenciais de 1989, o país foi assolado por um governo, que não correspondeu as expectativas populares e, o que é pior, esteve sempre preocupado com um projeto neoliberal, que dentre seus parâmetros estava o desmantelamento dos movimentos sociais existentes. A partir de então e prosseguindo com os presidentes seguintes, a mobilização popular foi se esvaindo, ou melhor, ganhando novas caras. Na década de 1990, alguns dos antigos movimentos sociais (inclui-se aí as Associações de Moradores) perderam força e espaço, para as Organizações Não Governamentais. As ONG's surgiram no vácuo deixado pelas instituições populares e pelo Estado, com a proposta de auxiliá-lo na garantia do acesso à alguns bens, para os cidadãos. Diversas são as áreas de atuação das ONG's, como a educação, saúde, trabalho e renda, esportes e promoção da vida (ou da própria vida ?). A participação da população nos projetos realizados por essas ONG's é grande, pois muitas das vezes se apresenta como uma das únicas alternativas na busca por um futuro melhor. O grande problema dessas organizações está no fato, de que elas não apresentam uma perspectiva de transformação social coletiva, apenas procuram traçar caminhos individuais, como se nesse modelo de mundo em que vivemos, tivesse lugar para o "sucesso" de todos. Desta forma, as organizações trabalham de acordo com os interesses do mercado, sem ao menos, questioná-los. Assim, a desmobilização só faz aumentar e a possibilidade de mudança na sociedade se perder na longa estrada da vida. Além desses questionamentos, poderíamos levantar outros aqui, porém devemos realmente nos deter na discussão do porque essas ONG's não debatem (ou pelo menos a maioria) sobre o dia-a-dia da população mais pobre, talvez, porque a maioria dos agentes dessas organizações não tenham vínculos históricos e habitacionais com essa população.

A falta de mobilização se tornou uma marca da nossa sociedade definitivamente depois do fim da guerra fria, onde a vitória do modelo neoliberal fez com que cada vez mais os indivíduos fossem se isolando em um mundo, onde o mais importante é conquistar os bens materiais, sem a preocupação com o bem comum. Essa necessidade auto-satisfação e uma imensa valorização do presente causam uma corrida desenfreada ao consumismo. O problema de tal posicionamento está no fato de que a sociedade nos impõe que todos devem participar do processo. Para tanto, nos empurra propagandas de todos os tipos, onde as imagens seguidas nos causam uma espécie de cegueira. Essa cegueira com certeza, já foi relatada de maneira mais completa por José Saramago, no seu livro “Ensaio sobre a cegueira”, onde os personagens vivem em um mundo com ofertas de imagens gigantescas e supérfluas, que acabam ofuscando o que está por trás de todas as propagandas, as garras do capital. Por isso, nos tornamos apenas reprodutores, do modelo de vida que o capital planejou, com o intuito, de manter a exploração sobre aqueles que não detêm os meios de produção, seja através da coerção ou pela força punitiva, quando ocorre uma insurreição contra o poder do capital ou pelo simples prazer de manter a ordem social.

Por falar em força punitiva do capital, nós podemos chegar à um plano mais próximo, aos problemas enfrentados pelos favelados com relação a violência, que se apresenta como o maior problema enfrentado por esses cidadãos. É óbvio, que outros problemas continuam existindo como desemprego, falta de escolaridade, falta de regularização de moradias, entre outros. No entanto, nenhum deles tem tamanho impacto como a violência, já que todos eles foram enfrentados anteriormente com resultados consideráveis se pensarmos a atuação dos moradores e com a intervenção do Estado. No caso da violência é totalmente diferente dos outros, pois a atuação dos moradores está praticamente anulada, já que de um lado estão os grupos civis armados (mais conhecidos como traficantes) e, do outro, está a força policial direcionada pelo Estado para manter os pobres no seu “lugar”, quer dizer, que eles acham que é.

Os grupos civis armados tiveram sua origem nos idos da década de 1970, quando surgiu a Falange Vermelha. O filme “Quase dois irmãos” faz uma breve, mas importante menção sobre esse nascimento, quando dentro das prisões da ditadura militar estavam misturados presos políticos e presos comuns, que tornou fácil a possibilidade de troca de

informações e experiências entre os grupos. Naquele momento, surgia a primeira grande organização criminosa do estado do Rio de Janeiro. Nas décadas posteriores (1980 e 1990) houve uma ampliação e ramificação das organizações, sem que acontecesse uma intervenção planejada e séria por parte do Estado. Desde então, os espaços populares se tornaram reféns destes criminosos, já que são obrigados a dançar conforme a música tocada por eles. A dominação destes grupos sobre o cotidiano das comunidades e até do que se chama “asfalto” é algo muito sério, fazendo com que haja duas formas de leis, a oficial e a dos traficantes. Hoje, temos três grupos organizados, que ostentam um reconhecimento de toda a sociedade, são eles: Amigos dos Amigos (ADA), Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando (TC).

Para combater o crescimento avassalador dessas organizações, o Estado decidiu utilizar a única forma, com que se acostumou a lidar com as favelas, a força policial. Desde a sua fundação, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (que já teve outros nomes e no ano que vem comemora 200 anos) sempre funcionou ligada aos interesses dos grupos mais poderosos da sociedade. Essa característica não é algo velado, pode até passar despercebido, pois nos discursos e no estatuto encontramos que sua função é “servir e proteger os cidadãos”. Porém, se lançarmos um olhar mais apurado perceberemos, que a prática não condiz com o discurso. Caminhando pelas ruas podemos observar a truculência com que os policiais tratam os cidadãos, considerando-os sempre como possíveis suspeitos. Nos seus carros está estampado o símbolo da Guarda Real Portuguesa (GRP), onde ramos de café e revólveres cruzados deixam claro, mesmo que de forma simbólica, o verdadeiro papel da polícia. Isso, ainda sem falar do trabalho nas favelas.

Todos sabem que desde a formação das favelas e da sua afirmação durante o século XX, que a maioria da população é formada por negros e pardos, pois ao longo da história do país sempre foram tratados e deixados à margem do acesso aos bens básicos, inclusive, a segurança. Desta forma, as favelas se tornaram alvo de afirmações negativas, com a iminente necessidade serem controladas. Aí entra a Polícia Militar. O controle poderia ocorrer de diferentes formas, que não o enfrentamento direto e armado contra tais grupos, como o serviço de inteligência e prevenção, fiscalização de fronteiras (afinal não existem fábricas de armas e plantações de drogas dentro das favelas), para que aos poucos ocorresse o sufocamento desses grupos e, não colocaria em risco vidas, que nada tem

haver com eles. Junto à isso, o Estado deveria garantir o acesso à uma escola de qualidade, creches públicas, geração de emprego e renda, entre outras coisas, que diminuiriam a capacidade desses grupos de aliciarem crianças, jovens e adultos, que sem alternativa acabam cedendo as “facilidades” oferecidas pelo tráfico. Porém, como isso ainda não ocorre, nos ocuparemos aqui de relatar algumas ações policiais desastrosas.

Não é novidade para ninguém, que a Polícia Militar não possui um treinamento adequado, para lidar com uma realidade tão complicada como a do Rio de Janeiro. Diariamente, temos notícias das ações policiais, que causam mortes de cidadãos não integrantes do tráfico (até se fizessem parte, a Polícia não deve funcionar como um mecanismo de extermínio). Temos casos famosos, pois repercutiram internacionalmente, como os de Vigário Geral, da Candelária, a chacina de Nova Iguaçu e São João do Meriti. No entanto, muitos outros casos ocorrem quase todos os dias dentro das favelas, que não são noticiadas nos meios de comunicação e, quando são, apresentam falhas na transmissão, pois não condizem com a verdade. Os casos são diversos como torturas físicas e psicológicas, invasão de domicílios, agressões, humilhações, tiroteios e intimidação velada. Na Maré essa realidade é ainda mais complicada. A Maré tem dezessete comunidades, com cerca de 132.000 pessoas⁹⁷, que convivem em seu cotidiano com a presença das três grandes facções criminosas, ficando assim, em um “beco” sem saída. Além dessa peculiaridade, as ações policiais têm apresentado um nível de inseqüência gravíssimo. Desta forma, os moradores ficam em vários “becos” sem saída, já que estão no meio das balas apelidadas de perdidas, mas que sempre encontram um cidadão de bem no caminho. Agora cabe a pergunta. Qual o papel das Organizações Não Governamentais e qual o papel delas? Já respondendo. Elas não estão em lugar algum, pois também estão de mãos atadas. Primeiro, porque não têm o poder de controlar a violência de forma prática e, porque, não possuem a legitimidade necessária em relação a sociedade e ao Estado. Então, o que fazer? Devemos ficar parados esperando o tempo passar? Mais uma vez respondo, não.

É diante desses novos tempos, que a população da Maré deve novamente se unir, em suas Associações de Moradores, que possuem a legitimidade necessária, para se unir a outros movimentos sociais, na busca de soluções estruturais, que atinjam toda a sociedade.

⁹⁷ Dados Censo Maré 2000.

Só assim transformaremos o nosso bairro, município, estado e país, em lugares onde haja igualdade, fraternidade, liberdade e justiça.

V - Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo da Prefeitura do Rio de Janeiro

- Acervo informatizado da Prefeitura do Rio de Janeiro. Acesso [HTTP://www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br).
- Censo de 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal.

Arquivo FAFERJ

- Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. Documento do Arquivo de Práticas Institucionais do Estado.

Entrevistas

Sr. Pedro de Almeida Souza

Dona Antônia Pereira da Silva

Senhor Francisco Motta de Araújo

Dona Expedita Martins

Sr. José (Zé Careca)

Sr. Clóvis

Dona Zilte

Filmografia

Peões (Eduardo Coutinho)

Jornais

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Jornal UNIMAR (União da Maré)

Bibliografia

ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos – Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

ASSIS, N. GLEYSON. *Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964*. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue. Os dominicanos e a morte de Mariguella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Editora Civilização Brasileira, 2003. 4^o Edição.

CASTRO, Marcos de. *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CASTRO, Celso. D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

CASTRO, Celso. D'ARAUJO, Maria Celina. 21 anos de regime militar: Balanços perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983 Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. - CPDOC

FILHO, Daniel Aarão Reis. "Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964" In: FILHO, Daniel Aarão Reis. & RIDENTI, Marcelo (Orgs). História do marxismo no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. Volume 5.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. *Dos fins aos meios, da história ao discurso - enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A ditadura perdida. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. Editora Loyola, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. *O futuro da Filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In Peter Burke (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-162.

LAMOUNIER, Bolívar. *De Geisel a Collor: O balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LIBÂNIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1999.

LIMA, Alceu Amoroso. *As encíclicas de João XXIII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963.

LIMA, Sérgio de Souza. *Processo de Urbanização e Política Urbana: Rio de Janeiro: Marco Zero*, 1989.

LINHARES, Maria Yedda Leite (org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed., Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MAINWARING, Scot. A Igreja Católica e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach, in Karl Marx e Friedrich Engels. A ideologia alemã, anexo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Multidão - Guerra e Democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

POLLACK, Michael. Revista Estudos Históricos. *Memória e Identidade Social.*, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992.

Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

REIS, Fábio W. O'DONNELL, G. A democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" In REVEL, Jacques. (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional – A Polícia Política no pós II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida. SP: Idéias e Letras, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1974-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

STORK, Ricardo Yepes. ECHEVARRÍA, Javier Aranguren. *Fundamentos da Antropologia. Um ideal de excelência humana*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: ARX, 2002.

TORRES, Ana Clara. *Metrópoles e Presentificação: imaginário necessário*. In. *Metrópole: governo, sociedade e território*.

VIEIRA, Antônio Carlos P. *História da Maré*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 1999.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)